

Escola de Ciências Sociais e Humanas
Departamento de Psicologia Social e das Organizações

**Vamos Prevenir! As Aventuras do Búzio e da Coral – Avaliação do
Impacto do Jogo de Prevenção do Abuso Sexual em Crianças dos 6
aos 10 Anos de Idade**

Diana Patrícia Carvalho Marcelino

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Psicologia Comunitária, Proteção de Crianças e Jovens em Risco

Orientadora:

Doutora Joana Dias Alexandre, Professora Auxiliar,
ISCTE- IUL

Coorientadora:

Dra. Rute Agulhas, Professora Assistente Convidada,
ISCTE- IUL

Outubro, 2017

Agradecimentos

Ao terminar esta etapa, são algumas as pessoas a quem devo o meu sincero agradecimento. As que estiveram sempre para me dar aquela palavra de apoio.

À Professora Joana Alexandre, pela sua dedicação, clareza e por me fazer refletir, apesar dos altos e baixos ao longo deste percurso.

À Professora Rute Agulhas, pela partilha de conhecimentos, durante o meu percurso.

A ambas, obrigada pela contribuição para o meu crescimento académico.

Aos técnicos e crianças participantes, pois sem elas a realização deste estudo não teria sido possível.

Ao Bruno, pela enorme partilha de conhecimentos durante este ano letivo, por ser um exemplo a seguir, em termos profissionais.

À colega e amiga Vanessa, por toda a partilha de experiências e momentos de reflexão.

Aos meus meninos da CAST que, mesmo sem saberem, me deram alento nesta fase da minha vida.

Às minhas colegas de casa, especialmente à amiga Patrícia, por toda a paciência e apoio constantes, durante os momentos difíceis.

À Raquel, pelo companheirismo e vontade constante em ajudar, por me ter acompanhado nesta etapa da vida, do início ao fim.

Ao Anthony, que lutou quanto podia, mesmo quando eu não acreditava nas minhas capacidades.

À amiga Margarida, pela constante preocupação, carinho, ajuda e, principalmente, sincera preocupação e amizade, em todos os momentos.

À minha família materna, por toda a união, telefonemas constantes e apoio incondicional, mesmo estando longe de mim.

À minha querida avó Maria que, mesmo não estando presente para me ver terminar esta etapa, estará orgulhosa de mim.

Especialmente aos meus pais, pois sem eles nada disto teria sido possível. Um enorme obrigada pelo eterno apoio, segurança, amor, nas lágrimas e nos sorrisos. Obrigada por acreditarem em mim, mais do que eu própria acreditei.

Mil obrigadas a todos vós!

Resumo

O abuso sexual é um problema generalizado, a nível mundial. A nível nacional, tem vindo a ser dada cada vez mais ênfase a esta problemática, devido à sua prevalência e às graves consequências que provoca nas vítimas e nos seus contextos. Neste sentido, a prevenção primária do fenómeno torna-se fundamental, sendo ainda pouco explorada, em termos de programas e materiais para o efeito. Surgiu então o jogo “Vamos Prevenir! As Aventuras do Búzio e da Coral” (Aguas, Figueiredo & Alexandre, 2015), que tem como público-alvo crianças com idades dos 6 aos 10 anos de idade, com o objetivo de promover conhecimentos e fomentar o desenvolvimento de competências, sobre o abuso sexual. O presente trabalho tem como objetivo dar continuidade à avaliação de impacto do jogo, de modo a verificar se este cumpre o que se propõe a fazer. Participaram, para o efeito, 69 crianças, que responderam a questionários, antes e depois de jogarem. Os resultados demonstram que existe um aumento no que se refere à aquisição de conhecimentos, mas não no desenvolvimento de competências para lidar com uma situação potencialmente abusiva. Salienta-se, assim, a importância de estudos que avaliem o impacto de programas de prevenção primária, de modo a permitir ajustar a intervenção ao público a que se dirige.

Palavras-chave: abuso sexual, prevenção primária, avaliação, crianças

Classification: 2956 Childrearing & Child Care; 4200 Forensic Psychology & Legal Issues; 4270 Crime Prevention

Abstract

Sexual abuse is a widespread problem worldwide. At the national level, it has been given increasingly emphasis to this subject, due to several consequences on victims and their contexts, so that this issue has been prevailing in today's society. Therefore the primary prevention of this phenomenon, which is still underexplored in the terms of programs and materials, becomes fundamental. In this context, the game “Vamos Prevenir! As Aventuras do Búzio e da Coral” (Agulhas, Figueiredo & Alexandre, 2015) emerged for children with an age range between 6 and 10 years old. The main goal of this game is to promote knowledge and to foster the development of skills about sexual abuse. The present work aims to continue the evaluation of the game’s impact in order to verify if it fulfils what it intends to do. For this matter, 69 children took part in this evaluation answering questionnaires before and after playing the game. The results evidence an increase of knowledge acquisition but this tendency was not verified in terms of developing skills to deal with a potentially abusive situation. For this reason, the importance of studies that assess the impact of primary prevention programs is highlighted. Furthermore, these studies may allow adjustments in the interventions depending on the target.

Keywords: sexual abuse, primary prevention, evaluation, children

Classification: 2956 Childrearing & Child Care; 4200 Forensic Psychology & Legal Issues;
4270 Crime Prevention

Índice

Introdução	1
Capítulo I – Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes	5
1.1. Conceptualização do Abuso Sexual	5
1.2. Enquadramento Legal do Abuso Sexual em Portugal	6
1.3. Prevalência do Abuso Sexual	7
1.4. Processo de Revelação do Abuso Sexual	9
1.5. Fatores de Risco e de Proteção	9
1.6. Indicadores e Consequências do Abuso Sexual	11
1.7. Características dos Abusadores	13
Capítulo II - Prevenção Primária do Abuso Sexual.....	15
2.1. Programas de Prevenção do Abuso Sexual	15
2.1.1. Who Do You Tell?.	15
2.1.2. Child Abuse Prevention (CAP).	16
2.1.3. Child Abuse Prevention Program (CAPP).	16
2.1.4. Body Safety Training (BST).	16
2.1.5. Red Flag, Green Flag People.....	16
2.1.6. Felling Yes, Feeling No.....	17
2.1.7. Stop It Now!.	17
2.1.8. Talking About Touching.	17
2.1.9. Projeto Integrado Para a Prevenção do Abuso Sexual (PIPAS).....	18
2.1.10. Projeto CARE – Rede de Apoio Especializado a Crianças e Jovens Vítimas de Violência Sexual	18
2.1.11. Vamos Prevenir! As Aventuras do Búzio e da Coral.	18
Capítulo III - Avaliação de Impacto de Programas de Prevenção.....	19
3.1. Avaliação de Impacto do Jogo “Vamos Prevenir! As Aventuras do Búzio e da Coral”	21
3.1.2. Hipóteses	22

Capítulo IV – Método.....	23
4.1. Participantes	23
4.2. Instrumentos	23
4.2.1. Questionário para Crianças.....	23
4.3. Procedimento	24
4.3.1. Procedimento de Recolha	24
4.3.2. Procedimento de Análise	25
Capítulo V - Resultados.....	27
Capítulo VI – Discussão	37
Referências	41
Anexo A.....	49
Anexo B.....	53
Anexo C.....	59
Anexo D.....	65
Anexo E.....	67
Anexo F	69

Índice de Quadros

Quadro 5.1.1 - Análise da existência de diferenças estatisticamente significativas nas respostas aos itens do questionário, no pré e no pós-teste, através do Marginal Homogeneity Test.

Quadro 5.1.2 - Análise da existência de diferenças estatisticamente significativas nas respostas das crianças às situações potencialmente abusivas, no pré e no pós-teste, através do Marginal Homogeneity Test.

Índice de Figuras

Figura 1 - Gráfico da frequência de respostas aos itens do questionário, no pré e no pós-teste.

Figura 2 - Gráfico da frequência de respostas das crianças às situações potencialmente abusivas, no pré e no pós-teste.

Glossário

APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

BST - Body Safety Training

CAP – Child Abuse Prevention

CAPP – Child Abuse Prevention Program

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

CNPCJR - Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco

MAI – Ministério da Administração Interna

NCCAN – National Center of Child Abuse and Neglect

OMS – Organização Mundial de Saúde

RASI – Relatório Anual de Segurança Interna

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

Introdução

O abuso sexual é considerado, a nível mundial, como uma forma de mau trato, quer físico, quer psicológico, sendo um evento traumático com um importante impacto negativo, a curto, médio e longo-prazos, não só para as vítimas, mas também para a família e comunidade (Garbarino, 1991; Braun, 2002; Habigzang, Koller, Azevedo & Machado, 2005; Mendes, Martínez, Herrera & Lozano, 2010; Prazeres et al., 2011).

Apesar de não existir uma definição única de abuso sexual que seja aceite de forma genérica pela comunidade científica, a literatura aponta algumas definições. Uma das mais citadas é a da Organização Mundial da Saúde [OMS] (2006), que define o abuso sexual como uma ação na qual se envolve uma criança ou adolescente numa atividade que estes não compreendem completamente e para a qual não têm a capacidade, quer biológica, quer psicológica, para dar o seu livre consentimento. Uma situação de abuso sexual pode ter como agressor uma criança ou adolescente que, em virtude da sua idade e/ou nível de desenvolvimento, detém uma posição de poder, controlo ou responsabilidade sobre a vítima. Mais recentemente, o abuso sexual foi definido como a utilização da criança através de persuasão ou coerção para se envolver em condutas sexuais ou assistir ao envolvimento sexual de outros, podendo incluir a prostituição ou produção de material pornográfico (Child Welfare Information Gateway, 2013). Atualmente, e de uma forma crescente, estas situações ocorrem com recurso à internet, que facilita o processo de aproximação e aliciamento por parte dos agressores (Hornor, 2010; Davidson et al., 2011).

Em Portugal, existe há 10 anos uma moldura penal para este tipo de problemática. O Código Penal de 2007 refere que o abuso sexual é um crime punido por lei, distinguindo entre crimes contra a liberdade sexual (maiores de 14 anos), que atentam contra o direito de cada pessoa de decidir, livremente, as suas práticas sexuais, quando esta tem já maturidade necessária para dar o seu consentimento e crimes contra a autodeterminação sexual, que incide sobre vítimas, que se pressupõe não terem maturidade para dar um consentimento informado, devido à sua idade e nível de desenvolvimento (menores de 14 anos).

No que diz respeito à prevalência do abuso sexual, a OMS estimou em 2006 que, em todo o mundo, aproximadamente 150 milhões de crianças do sexo feminino e 73 milhões do sexo masculino terão sido vítimas de abuso sexual, antes de completar os 18 anos de idade.

A nível nacional, o Relatório de Avaliação da Atividade das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens de 2016, salientou um decréscimo relativamente ao ano anterior de 101

sinalizações por abuso sexual (de 759 para 658 sinalizações) (Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, 2017). Apesar dos números, estes não retratam com exatidão a prevalência desta problemática, considerando-se muitas vezes que se tratam de estimativas. Esta questão surge associada ao facto de, frequentemente, o abuso sexual ser mantido em segredo pela vítima (Furniss, 1993; Azevedo, 2001; Narvaz & Koller, 2004).

Face ao exposto, a prevenção primária do abuso sexual torna-se fundamental de forma a diminuir a incidência de casos de abuso sexual, procurando aumentar os conhecimentos das crianças sobre esta problemática, tornando-as mais resilientes e consciencializar a sociedade sobre o que fazer, quando o abuso for inevitável (Maria & Ornelas 2010). A literatura indica que programas de prevenção primária eficazes envolvem os pais/cuidadores, recorrem a estratégias de exposição comportamental, são abrangentes à comunidade, envolvendo os vários contextos sociais em que a criança se insere e realizam-se ao longo de diversos momentos (Wurtele, Kast & Melzer, 1992; Alvarez et al., 2010; Ornelas & Moniz, 2011). Após o desenvolvimento de programas, a avaliação do seu impacto é extremamente importante, permitindo verificar se o público-alvo adquiriu os conhecimentos e as competências que eram esperados, bem como apurar se existem efeitos negativos, após a sua aplicação (Reppucci & Haugaard, 1989). Estudos que analisam o impacto de programas de prevenção do abuso sexual (Rispen, Aleman & Goudena, 1997; Wurtele, 2002), sublinham a ampliação de conhecimentos e o desenvolvimento de competências das crianças, quer ao nível verbal, quer comportamental.

No contexto português, devido à escassez de materiais de prevenção primária do abuso sexual, foi desenvolvido recentemente um jogo para crianças entre os seis e os 10 anos de idade “Vamos Prevenir! As Aventuras do Búzio e da Coral” (Agulhas, Figueiredo & Alexandre, 2016), que visa aumentar conhecimentos sobre o abuso sexual de crianças e promover competências para identificar situações abusivas. Apesar da avaliação de impacto realizada recentemente, quer com crianças a jogar individualmente (Grazina, 2016), quer em grupo (Moita, 2016) parecer indicar alguns dados encorajadores ao nível sobretudo da aquisição de conhecimentos, estes estudos foram conduzidos com amostras reduzidas.

O objetivo do presente trabalho será, assim, dar continuidade às pesquisas anteriores, procurando analisar em que medida o jogo “Vamos Prevenir! As Aventuras do Búzio e da Coral”, permite a aquisição de conhecimentos e desenvolvimento de competências, nas crianças que jogam.

Posto isto, a presente dissertação tem uma estrutura de seis capítulos. No primeiro capítulo é feita uma conceptualização do abuso sexual, o seu enquadramento legal em Portugal, a sua

prevalência, e é feita uma caracterização sobre esta problemática (o processo de revelação, fatores de risco e proteção das vítimas, indicadores e consequências do abuso sexual e as características dos abusadores). O segundo capítulo descreve diversos programas e/ou materiais de prevenção primária, ao nível internacional e nacional, particularmente, o jogo “Vamos Prevenir! As Aventuras do Búzio e da Coral”. O terceiro capítulo faz referência à importância da avaliação de impacto, bem como um balanço das avaliações dos programas existentes. No quarto capítulo, apresenta-se o estudo desenvolvido, sendo feita a descrição do método. No quinto capítulo, são apresentados os resultados obtidos no estudo empírico. Por último, no sexto capítulo, é feita uma discussão dos resultados obtidos, sendo também referidas as limitações do estudo e sugestões para estudos futuros.

Capítulo I – Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes

1.1. Conceptualização do Abuso Sexual

Não existe uma definição única de abuso sexual que seja, de forma genérica, aceite pela comunidade científica, desde a saúde, educação e intervenção social à justiça. Apesar disso, o abuso sexual é reconhecido a nível mundial como uma forma de mau trato (Garbarino, 1991; Prazeres et al., 2011). Assim, ao definir esta problemática, torna-se pertinente a associação a outras formas de maus tratos, pelo que é necessário contextualizar o abuso no macrossistema em que se insere (Mebarak, Martínez, Herrera & Lozano, 2010). De acordo com Habigzang e colaboradores (2005), na maioria dos casos, as crianças e adolescentes são, simultaneamente, vítimas de abuso sexual e de outros tipos de violência, como a negligência e os maus tratos emocionais e físicos.

A literatura aponta algumas definições. Segundo o *National Center of Child Abuse and Neglect* [NCCAN] (1978), o abuso sexual compreende contactos ou interações entre uma criança ou adolescente e um adulto, quando este usa a vítima para estimular sexualmente a si mesmo, a ela própria ou a outra pessoa. O abuso sexual pode também ser definido como qualquer contacto entre uma criança ou adolescente e alguém num estágio de desenvolvimento mais avançado, no qual a vítima é usada para estimulação sexual do agressor. Neste sentido, as vítimas podem ser abusadas sexualmente por outras crianças ou adolescentes, caso estes tenham, em virtude da sua idade ou nível de desenvolvimento, uma posição de poder, controlo ou responsabilidade (Organização Mundial de Saúde [OMS], 2006). Esta interação pode envolver toques, carícias, penetração oral, genital ou anal, com pénis, dedo ou objeto. Também engloba situações em que na interação não ocorre contacto físico, como o *voyeurismo*, assédio ou exibicionismo (Habigzang, Koller, Azevedo & Machado, 2005). Assim, o abuso sexual envolve a existência de uma relação de poder ou autoridade do agressor face à criança ou jovem, sem que haja, necessariamente, indícios físicos da sua ocorrência, o uso da força, ameaças ou coerção (Azevedo & Maia, 2006).

Alguns autores incluem na sua definição de abuso sexual os critérios de coerção e assimetria de idade, sendo que o primeiro se refere ao contacto mantido com uma criança ou jovem, mediante o uso da força física, ameaça, pressão ou engano; o segundo impede a liberdade de decisão e escolha informada por parte da vítima, uma vez que esta e o agressor têm experiências, níveis de maturidade biológica e expectativas diferentes (Aguilar & Salcedo, 2008).

Uma definição mais recente de abuso sexual foi apresentada pelo “*Child Welfare Information Gateway*” (2013) e remete para a utilização da criança através de persuasão ou coerção para se envolver em qualquer tipo de conduta sexual ou assistir ao envolvimento sexual de outras pessoas, podendo igualmente envolver a prostituição ou a produção de material pornográfico, sendo que, segundo Hornor (2010), muitas vezes e cada vez mais estas situações ocorrem com recurso à internet. Sobre este ponto, Davidson e colaboradores (2011) referem que a internet tem facilitado o processo de *grooming* por parte dos agressores, designado, nestes casos, de *grooming online*, consistindo no aliciamento através de redes sociais, salas de chat, entre outros.

O abuso sexual pode ser de natureza intrafamiliar, isto é, quando ocorre no contexto da família, por pessoas que se configuram como figuras de cuidado para com a vítima, sendo próximas desta, ou de natureza extrafamiliar, quando é cometido por pessoas desconhecidas e fora do seio familiar (Borges & Zingler, 2013; Florentino, 2015).

1.2. Enquadramento Legal do Abuso Sexual em Portugal

Até à revisão do Código Penal de 1995, os crimes sexuais eram designados por crimes contra a honestidade, isto é, crimes contra a sociedade e não contra as pessoas. (Alves, 1995). De acordo com o Código Penal de 2007, o abuso sexual em Portugal é um crime punido pela lei e distingue entre crimes contra a liberdade e a autodeterminação sexual. Os primeiros (artigos 163.º a 170.º) incluem, para além do abuso sexual de pessoa incapaz, a coação sexual, o lenocínio, importunação sexual e atentam contra o direito de cada pessoa de decidir, de forma livre, as suas práticas sexuais, quando esta já tem maturidade necessária para dar o seu consentimento. O abuso sexual de crianças e adolescentes, bem como o recurso à prostituição de menores e a pornografia constituem crimes contra a autodeterminação sexual (artigos 171.º a 178.º), incidindo sobre vítimas menores de 14 anos, que se pressupõe não terem maturidade para dar um consentimento informado, devido à sua idade e nível de desenvolvimento.

O abuso sexual envolve comportamentos como a coação sexual, cópula, coito anal ou vaginal, bem como a introdução vaginal ou anal de objetos e partes do corpo, importunação sexual, exibicionismo, exposição a conversas obscenas, pornografia e lenocínio (Código Penal, 2007).

A moldura penal para este tipo de crimes tem um limite máximo de 10 anos, podendo sofrer agravamentos, caso exista relação familiar ou de dependência hierárquica entre a vítima e o abusador, se este for portador de alguma doença sexualmente transmissível, se da situação

de abuso resultar uma gravidez, ofensa à integridade física grave, transmissão de agente patogénico que crie perigo de vida, suicídio ou morte (artigo 177º. do Código Penal, 2007).

1.3. Prevalência do Abuso Sexual

Relativamente à prevalência deste fenómeno, num estudo de López, Carpintero, Hernández, Martín e Fuertes (1995), em Espanha, os resultados de entrevistas realizadas demonstraram que 19% dos participantes teriam sido vítimas de abuso sexual sendo que, do total das vítimas, 40% eram do sexo masculino e 60% do sexo feminino. Esta prevalência revelou-se semelhante à verificada por outros investigadores, em países anglo-saxónicos, na mesma altura (Finkelhor, 1994; Lopéz et al., 1995) e atualmente.

Segundo López e Del Campo (1997), aproximadamente, 20 em cada 100 raparigas e 10 em cada 100 rapazes, sofreram algum tipo de abuso sexual antes de completar 17 anos. Mais recentemente, a OMS (2006) estima que, em todo o mundo, aproximadamente 150 milhões de crianças do sexo feminino e 73 milhões do sexo masculino foram vítimas de abuso sexual, antes de completar os 18 anos de idade.

Numa investigação realizada na América do Sul, verificou-se que o grupo etário com maior prevalência de abuso sexual foi o dos 10 aos 14 anos de idade (80,3%), resultado semelhante a um estudo realizado anteriormente na mesma área geográfica, no qual se verificou que 75% dos casos correspondiam a menores de 15 anos (Aguilar & Salcedo, 2008).

Numa meta-análise mais recente, que envolveu um total de 22 países, Pereda, Guilera, Forns e Gómez-Benito (2009) verificaram que 7,9% dos homens e 19,7% das mulheres, tinham sofrido alguma forma de abuso sexual, antes dos 18 anos de idade. Os autores verificaram que o abuso sexual se mantém um problema generalizado e que é necessário atuar em termos da sua prevenção, capacitando tanto profissionais da área, como vítimas e as suas famílias.

Importa referir que a real prevalência de abuso sexual de crianças e adolescentes é desconhecida, uma vez que muitas vítimas não revelam o ocorrido. Observa-se uma maior incidência em pessoas do sexo feminino, o que pode também relacionar-se com o facto de a denúncia por parte de raparigas ser culturalmente mais aceite na sociedade (Pfeiffer & Salvagni, 2005). Por outro lado, Ranney, Whiteside, Walton, Chermack, Zimmerman e Cunningham (2011) defendem que as vítimas do sexo masculino poderão ser mais relutantes a reportar uma situação abusiva, devido ao medo relativo à identidade de género ou a possibilidade de serem estereotipados como homossexuais. Neste sentido, a revelação é

dificultada pelo receio das reações das pessoas próximas/família (Von Hohendorff, Habigzang & Koller, 2012).

Em Portugal, e de acordo com o Relatório de Avaliação da Atividade das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens [CPCJ] de 2015, aumentou significativamente o número de sinalizações por abuso sexual, em comparação com o relatório do ano anterior (um aumento de 694 sinalizações para 759). Destas 759 novas situações, 571 levaram à instauração de um novo processo e 188 à reabertura de processos arquivados, constituindo o abuso sexual a oitava causa de sinalização das CPCJ. Mais concretamente, as sinalizações por abuso sexual referem-se a aliciamento sexual, importunação sexual, violação, prostituição infantil e pornografia infantil (Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, 2016). O relatório mais recente, de 2016, salienta um decréscimo de 101 sinalizações por abuso sexual, comparativamente com o ano anterior, de 759 para 658 sinalizações (Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, 2017).

Segundo o Ministério de Administração Interna [MAI] (2015), no Relatório Anual de Segurança Interna [RASI] de 2015, no que se refere aos crimes sexuais, a maioria das detenções teve por base o abuso sexual de crianças, com 133 detidos do sexo masculino e quatro do sexo feminino, demonstrando a prevalência de agressores do sexo masculino. Segundo este relatório, em processos de inquérito investigados pela Polícia Judiciária predominam os arguidos do sexo masculino (95,4%), no escalão etário entre os 41 e os 50 anos, e as vítimas do sexo feminino (79,3%), no escalão entre os oito e os 13 anos. No que respeita ao tipo de relação entre a vítima e o abusador, é mais prevalente a existência de relações familiares (40%), o que vai de acordo com a literatura existente. Houve uma ligeira diminuição relativamente ao relatório anual de 2014, que refere 146 detidos do sexo masculino e oito do sexo feminino, mantendo-se elevada a incidência de vítimas do sexo feminino e arguidos do sexo masculino (RASI, 2014). O relatório mais recente (RASI, 2016), revela uma ligeira diminuição do número de detidos do sexo masculino (117), tendo por base o abuso sexual de crianças, e um aumento no sexo feminino, que passou de quatro para cinco. Mantem-se, assim, a prevalência de agressores do sexo masculino, à semelhança dos anos anteriores. Predominam, assim, os arguidos do sexo masculino (95,7%), no escalão etário entre os 31 e os 40 anos, e as vítimas do sexo feminino (81,3%), no escalão entre os oito e os 13 anos. À semelhança dos anos anteriores, prevalece o quadro das relações familiares, no que concerne ao tipo de relacionamento entre o agressor e a vítima.

Estes dados são coerentes com os apresentados pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância [UNICEF] (2005), que refere que, em 78% dos casos de abuso sexual, o agressor é um conhecido da vítima, principalmente, o pai ou o padrasto.

1.4. Processo de Revelação do Abuso Sexual

Tal como referido, muito frequentemente, o abuso sexual é mantido em segredo pela vítima, por um longo período de tempo, não chegando ao conhecimento das entidades competentes (Narvaz & Koller, 2004). Segundo Furniss (1993), esta dificuldade em revelar uma situação de abuso sexual está associada a um “Síndrome do Segredo”, que implica diversos fatores, particularmente, o receio das consequências da revelação, sentimentos de culpa pelo ocorrido, distorção da realidade e processos dissociativos, que levam a vítima a distanciar-se da realidade, ameaças ou medo de punição.

O medo, por parte das vítimas, de contar estas experiências abusivas poderá estar também associado ao receio da rejeição por parte da família, de não serem acreditadas, ou até mesmo, especialmente em crianças mais novas, à falta de consciência sobre o que é o abuso sexual (Azevedo, 2001). No que se refere aos adolescentes, com maior autonomia do que as crianças, seria expectável uma maior facilidade em revelar as situações abusivas. No entanto, estes raramente assumem que necessitam de ajuda, principalmente quando o abuso ocorre durante muito tempo (Bacon & Richardson, 2000).

Neste sentido, toda a informação sobre o abuso sexual e os serviços disponíveis são cruciais para a prevenção, pelo que todas as crianças devem receber informação adequada sobre os riscos associados a situações abusivas e o seu direito a serem protegidos por adultos de confiança, capacitando-os de definir uma situação abusiva, de saber quem irá apoiá-los e o que acontecerá após uma revelação de abuso sexual (Crisma, Bascelli, Paci & Romito, 2004).

A iniciativa da vítima para revelar o abuso está também associada à qualidade da relação que mantém com a pessoa a quem faz a revelação, assim como com as expectativas que tem em relação à interpretação e ao processo de ajuda que poderá vir a beneficiar (Berliner & Conte, 1995). Assim, existe uma maior probabilidade de a criança fazer uma revelação de abuso sexual a uma pessoa em quem confia e quando encontra uma oportunidade para o fazer.

1.5. Fatores de Risco e de Proteção

Compreender ecologicamente o desenvolvimento humano, torna possível que a atenção se dirija, não só para o indivíduo como um só, mas também para os contextos imediatos nos quais se encontra e para as suas interações com ambientes nos quais, muitas

vezes, não participa diretamente (Poletto & Koller, 2008). No seu modelo ecológico, Brofenbrenner (1996) postula que toda a experiência individual acontece em ambientes, como uma série de estruturas encaixadas uma dentro da outra, ou seja, os diferentes contextos em que o indivíduo se insere (e.g., família, escola, comunidade), influenciando o seu desenvolvimento.

No que ao abuso sexual diz respeito, podem identificar-se um conjunto de fatores que, de forma articulada, poderão aumentar a probabilidade de ocorrência do abuso sexual, assumindo-se enquanto fatores de risco. Pelo contrário, os fatores de proteção auxiliam na diminuição da incidência de situações de abuso sexual (Wurtele & Miller-Perrin, 1992).

Ao nível individual, o isolamento social, que faz com que a criança não tenha alguém para fazer uma revelação, a baixa autoestima e a dificuldade na resolução de problemas, apresentam-se como fatores de risco para a ocorrência de situações de abuso sexual (Fleming, Mullen & Bammer, 1997). Também os problemas de desenvolvimento e/ou incapacidade física (e.g., surdez, cegueira, déficit cognitivo) são importantes fatores de risco, uma vez que levam a uma maior vulnerabilidade e fragilidade (Bowman, Scotti & Morris, 2010). Neste sentido, segundo Frantz, Carey e Bryen (2006), o número de situações de abuso sexual reportadas é superior em crianças e adolescentes com alguma limitação física.

Ao nível da família, as relações distantes entre pais e filhos, a falta de suporte, representam um risco acrescido para a ocorrência de uma situação de abuso sexual (Altman, 2005; Western, 2006). A literatura refere que relações de desigualdade de poder, falta de comunicação e altos níveis de conflito são observados, geralmente, em famílias abusivas (Habigzang et al., 2005; Sarno, 2007). Problemas de alcoolismo na família, bem como a existência de consumo de drogas estão também associados a situações de abuso sexual (Onostre, 1998; Hiel et al., 2010; Romero, 2010). Para além destes fatores, o baixo estatuto socioeconómico e os baixos níveis educacionais dos cuidadores estão relacionados com o abuso sexual (Zielinski, 2004; Koller & De Antoni, 2004; Kalra, 2006).

Ao nível comunitário, os contextos de pobreza e desorganização social, aliados a um clima de violência e criminalidade, constituem-se como fatores de risco para o abuso sexual (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima [APAV], 2011).

Pelo contrário, a identificação de fatores de proteção torna-se fundamental, na medida em que favorecem a prevenção da ocorrência do abuso sexual ou o ajustamento psicológico das vítimas após uma situação abusiva.

A um nível individual, o conhecimento sobre comportamentos sexuais adequados e inadequados, as estratégias de *coping* usadas pelas vítimas face a eventos stressores, a

assertividade e competências de comunicação e uma elevada autoestima são considerados importantes fatores de proteção (Wurtele & Miller-Perrin, 1992; Tremblay, Hébert & Piché, 1999; APAV, 2011).

Relativamente à família, a perceção de suporte recebido pelos familiares, relações estáveis no seio da família, estilos e práticas parentais positivas e adequadas, organização, estrutura e estabilidade emocional, favorecem o ajustamento da criança (Tremblay, Hébert & Piché, 1999; APAV, 2011).

Ao nível do contexto social destacam-se o suporte social positivo, um ambiente escolar de qualidade, as interações com o grupo de pares positivas e um ambiente comunitário organizado e estruturado, como fortes fatores de proteção (Kinnally et al., 2009; APAV, 2011).

Face ao exposto, o abuso sexual consiste numa problemática complexa, que integra e resulta de fatores individuais, mentais, familiares e sociais.

1.6. Indicadores e Consequências do Abuso Sexual

Apesar de não existirem sinais e sintomas específicos relacionados, exclusivamente, com abuso sexual, as vítimas poderão apresentar um conjunto de indicadores que merecem, no entanto, uma avaliação precisa e contextualizada: a) indicadores físicos, como o sangramento nos órgãos genitais ou ânus, fissuras anais, dor ao sentar-se, contusões; b) condutas como isolamento social, desconfiança, conhecimento de práticas sexuais impróprias para a idade, linguagem sexual, masturbação excessiva, problemas escolares; c) em termos emocionais, pesadelos, sintomas de ansiedade, depressão, medo sem explicação aparente ou agressividade (López & Del Campo, 1997).

Por outro lado, Vitriol, Vásquez, Iturra e Muñoz (2007) afirmam que o abuso sexual infantil é uma problemática frequente, cujo impacto pode levar a consequências graves no desenvolvimento a curto, médio e longo prazos, com repercussões cognitivas, emocionais, comportamentais, físicas e sociais (Habigzang & Caminha, 2004).

Para Mebarak et al. (2010), o impacto pode depender de algumas variáveis do próprio abuso, como a idade da criança à data do início do abuso, a frequência, duração, severidade, tipo de atividade sexual, do grau de responsabilidade atribuído à vítima por parte do meio envolvente, bem como das estratégias utilizadas pela criança para lidar com a situação.

Cohen e Gobbetti (2003) consideram que o facto de em muitas situações não existirem provas objetivas do abuso sexual não diminui, necessariamente, a gravidade das consequências emocionais, uma vez que o abuso não pode ser qualificado apenas pelos atos

concretos e pela gravidade das lesões físicas, mas sim pela vivência emocional de cada indivíduo. As consequências do abuso sexual variam de acordo com o grau de violência utilizada, a duração do ato, a sua frequência, a noção que as vítimas têm acerca do que acontece, a relação existente entre o perpetrador e a vítima, assim como a atitude dos adultos significativos, suporte social e familiar (Colín, 2004; Furniss, 1993; Tyler, 2002).

Um estudo de Behrman (2007), à semelhança de Western (2006), enfatizou a variedade de efeitos que o abuso sexual pode ter sobre o bem-estar das vítimas, tais como ansiedade e depressão, culpabilidade e vergonha, dissociação, compulsividade, inquietação para com outros adultos, alterações nos padrões de alimentação e/ou de sono, comportamentos agressivos, ideação suicida, abuso de substâncias, baixa autoestima, sensação de infância perdida e revitimização na idade adulta (López & Del Campo, 1997; Finkelhor, 1994). De forma semelhante, para Crisma e colegas (2004), os efeitos mais frequentes, mais especificamente em adolescentes vítimas de abuso sexual, referem-se a baixa autoestima, ideação e comportamento suicida, envolvimento em prostituição, confusão com a identidade sexual, comportamentos sexualizados, perturbações, quer ao nível emocional e de comportamento, quer ao nível da alimentação e do sono, comportamentos delinquentes, consumo de substâncias e problemas de índole escolar.

O abuso sexual é uma vivência que pode facilitar o desenvolvimento de psicopatologia, podendo os efeitos manifestarem-se de várias formas (Kendall-Tackett, Williams & Finkelhor, 1993; Romaro & Capitão, 2007; Parker & Turner, 2014). Segundo López e Del Campo (1997), das crianças e adolescentes que sofrem abusos sexuais, entre 17 a 40% sofrem patologias clínicas claras. Para Mahoney (2005), a Perturbação de Stress Pós-Traumático [PTSD], é um indicador psicopatológico que, em muitos casos, é um dos efeitos do abuso sexual que se revela de forma mais tardia. Esta perturbação caracteriza-se por sintomas de medo intenso, desencadeado por um acontecimento psicologicamente angustiante, que envolve uma ameaça, real ou percebida, para o indivíduo (Hien, Litt & Cohen, 2008). De acordo com o DSM-V, o diagnóstico desta perturbação deve aplicar-se aos indivíduos que se insiram num quadro sintomatológico, que está dividido em três grupos: (a) Sintomas de intrusão, pensamentos recorrentes, pesadelos, *flashbacks*, reações exageradas perante a exposição estímulos que relembram a situação traumática; (b) Evitamento de locais, atividades, pensamentos que relembram o trauma; (c) Sintomas de grande intensidade como irritabilidade, insónias, baixa concentração e hipervigilância (American Psychiatric Association, 2014).

Flores e Caminha (1994) verificaram que as vítimas de abuso sexual demonstravam um menor comportamento pró-social, quando comparadas com crianças e jovens não abusados, isto é, partilhavam menos, ajudavam menos, revelavam maior retraimento e tinham relacionamentos mais superficiais. Nesta linha de pensamento, um outro aspeto relevante refere-se ao funcionamento interpessoal, em particular à habilidade para estabelecer e/ou manter relações de maior intimidade, na medida em que as crianças e jovens vítimas de abuso sexual demonstram maiores dificuldades na manutenção deste aspeto das suas vidas (Altman, 2005). Ainda para Pereda e colaboradores (2009), um dos problemas mais frequentes em vítimas de abuso sexual é a presença de comportamentos sexualizados, estando também associado a relações negativas com os pares, na adolescência (Holt, 2006).

No que se refere às diferenças de género, rapazes e raparigas reagem de forma diferente ao evento stressor que é o abuso sexual. Neste sentido, alguns estudos apontam para o facto de as raparigas serem mais propensas a comportamentos de internalização, como depressão e perturbações de alimentação e os rapazes a comportamentos de externalização, como delinquência, alcoolismo e comportamentos violentos (e.g., uso de armas) (Hornor, 2010).

1.7. Características dos Abusadores

O abuso sexual tende a decorrer de uma forma subtil e gradual, à medida que o agressor conquista a confiança da vítima, tornando os contactos gradualmente mais íntimos (Caminha, 1999). Este processo de aproximação e aliciamento das crianças é designado de *grooming*, definido por uma etapa preparatória para o abuso sexual, na qual é conquistada a sua confiança (McAlinden, 2013).

A literatura tem verificado que a maioria das vítimas convive com o abusador e que é comum o abuso sexual ocorrer dentro do contexto familiar (abuso intrafamiliar), sendo que entre os principais abusadores estão os pais, padrastos e avôs (Finkelhor, 1994; Araújo, 2002; Faleiros, 2003; Habigzang et al., 2005). No entanto, apesar de a maioria dos abusadores serem do sexo masculino, o abuso sexual também pode ser cometido por mulheres (Balboni, 2011). Muitas vezes, no caso das mulheres, estas não são denunciadas devido à falta de conhecimento das vítimas de que os atos constituem abuso sexual (Finkelhor, Turner, Ormrod & Hamby, 2010), ou porque os casos são mascarados por normas sociais e culturais, tendo a mulher, comumente, um papel de cuidadora (e.g., dar banho, cuidados diários) (Lewis & Stanley, 2000; Deering & Mellor, 2009).

Relativamente aos abusadores menores de 18 anos, a rejeição por parte dos pares, a falta de relações íntimas, bem como a falta de estrutura familiar podem contribuir para a procura de

sensações através do contacto físico com outras crianças e da utilização da autoridade para satisfazer as necessidades sexuais (Miner, Robinson, Knight, Berg, Romine & Netland, 2010).

Capítulo II - Prevenção Primária do Abuso Sexual

2.1. Programas de Prevenção do Abuso Sexual

De acordo com Gordon (1983), existem três níveis de prevenção: prevenção primária/universal – intervenção na população em geral (e.g., pais, crianças, professores, comunidade em geral), de modo a aumentar o conhecimento e a aquisição de competências, favorecendo a deteção precoce de situações abusivas e fortalecendo os fatores de proteção existentes; prevenção secundária/seletiva – intervenção em populações de risco, isto é, em indivíduos que, pelas suas características ou contexto em que se inserem (e.g., incapacidades físicas, famílias disfuncionais), estão sujeitos a um maior risco de ocorrência de situações abusivas, e prevenção terciária/indicada – intervenção que ocorre após uma situação de abuso sexual junto das vítimas, de modo a minimizar as suas consequências.

Segundo a literatura, os programas de prevenção primária começaram a ser desenvolvidos na década de 70 do século XX, sobretudo nos Estados Unidos da América (Brino & Williams, 2008) e tinham dois objetivos: diminuir a vulnerabilidade das crianças e jovens e incentivar o processo de revelação. No contexto europeu, em 1999, a Organização *Save The Children* surge com o objetivo de identificar os programas de prevenção existentes na Europa, tendo verificado que, até à data, a maioria dos programas estavam desenhados para serem aplicados num curto espaço de tempo. Países do sul da Europa (Grécia, Itália e Portugal) não contavam com a existência deste tipo de programas. Nos países onde existiam já programas, estes caracterizavam-se por ser pouco abrangentes, dirigidos apenas a grupos específicos, havendo poucos que integravam os diferentes grupos, como pais e crianças; como ponto positivo, destaca-se o facto de a maioria dos programas recorrerem a uma metodologia interativa, com material didático e simulação de situações (Colín, 2004). Em 2010, a Comissão Europeia traçou um conjunto de diretrizes que visavam a promoção de boas práticas para prevenir o abuso sexual.

Em termos gerais, Maria e Ornelas (2010), apresentam uma síntese dos programas de prevenção desenvolvidos durante os últimos 30 anos do século XX, que passamos a descrever.

2.1.1. Who Do You Tell?.

O programa *Who Do You Tell?* foi criado pela *Calgary Communities Against Sexual Abuse* (1983) para a faixa etária entre os seis e os 12 anos, abordando temáticas como a definição de abuso sexual, identificação de partes privadas e autoproteção, assertividade e

identificação de adultos de confiança. Recorre à discussão de histórias, *role play*, canções e vídeos, dinamizados com professores ou cuidadores e tem duas sessões com 60 minutos cada (Martyniuk & Dworkin, 2011).

2.1.2. Child Abuse Prevention (CAP).

O *Child Abuse Prevention* foi desenvolvido em 1985 pelo *National Assault Prevention Center*, e encontra-se a decorrer uma adaptação portuguesa, apesar de não haver ainda qualquer publicação (Maria & Ornelas, 2010). Dirige-se a crianças entre os seis e os 12 anos, sendo o seu contexto de intervenção as escolas. Inclui *workshops* para pais, professores/educadores e para as próprias crianças, nos quais são utilizadas técnicas de *role play* e discussões de grupo, com o objetivo de demonstrar às crianças a diferença entre situações normativas e perigosas, bem como agir nessas mesmas situações (Cooper, 1995).

2.1.3. Child Abuse Prevention Program (CAPP).

O programa *Child Abuse Prevention Program (CAPP)* foi desenvolvido, originalmente, em 1986 pela *Community College of Baltimore County*, nos Estados Unidos da América. Destina-se a crianças da faixa etária 3-6 anos, abordando os toques, as partes privadas, as regras e recompensas e a revelação do abuso sexual, através de técnicas de *role play* e discussões, após a apresentação de histórias (Maria & Ornelas, 2010).

2.1.4. Body Safety Training (BST).

O *Body Safety Training* (Wurtele, 1986) destina-se a crianças entre os três e os sete anos, de forma a educá-las sobre a sua segurança. Ao longo de 10 sessões, aborda temas como a identificação de partes privadas, a revelação do abuso sexual, toques adequados e inadequados e como responder perante os mesmos, fazendo uso a *role play*, modelação e reforço comportamental (Martyniuk & Dworkin, 2011).

2.1.5. Red Flag, Green Flag People.

Este programa foi criado em 1986 pelo *Rape and Abuse Crisis Center*, nos Estados Unidos da América, com o objetivo de ajudar as crianças a reconhecerem os abusos sexuais cometidos por conhecidos, sendo utilizado em vários contextos sociais, médicos ou jurídicos. O programa está organizado em três níveis, de acordo com as idades: “*T is for Touching*” para crianças de idade pré-escolar; “*Red Flag, Green Flag People*”, para crianças do primeiro e segundo ano, e “*Red Flag, Green Flag People II*”, para crianças do terceiro e quarto ano de

escolaridade. Segundo Maria e Ornelas (2010), aborda temas como a identificação de pessoas de confiança a quem contar situações abusivas, o reconhecimento das mesmas, como responder-lhes de forma assertiva, recorrendo a vídeos, discussões e *role play*.

2.1.6. Felling Yes, Feeling No.

Felling Yes, Felling No é um programa desenvolvido para crianças com idades entre os seis e os 12 anos de idade, que recorre a discussões de grupo, *role play* e visionamento de vídeos em contexto de sala de aula, de forma a desenvolver respostas adequadas aos toques, a procura de ajuda em situações de abuso sexual, a autoconfiança, autoproteção e a nomeação das partes privadas (Hazzard, Webb, Kleemeier, Angent & Pohl, 1991).

2.1.7. Stop It Now!.

O programa *Stop It Now* foi desenvolvido por Henry, em 1992, uma vítima de abuso sexual. É um programa de âmbito comunitário que inclui a intervenção, campanhas e *marketing* social e tem como objetivo a sensibilização e mobilização de adultos, famílias e da comunidade em geral, para que ajam no sentido de protegerem as crianças. De acordo com Maria e Ornelas (2010), defende a promoção de informação sobre os abusos sexuais, a melhoria dos serviços de apoio às crianças que são vítimas de abusos sexuais, a criação de serviços especializados para os abusadores, a educação sexual adequada à idade das crianças e a investigação sobre comportamentos vulneráveis das mesmas.

2.1.8. Talking About Touching.

O programa *Talking About Touching* (Committee for Children of Seattle, 1996) destina-se a crianças entre os quatro e os oito anos de idade e recorre a vídeos, músicas, *posters*, livros com histórias e cartões com imagens, para discussão e treino de competências. Ao longo de 15 sessões, que duram aproximadamente entre 15 a 30 minutos, aborda temas como toques adequados e inadequados, assertividade, regras de segurança e proteção (Sylvester, 1997; Martyniuk & Dworkin, 2011).

Em Portugal, tem havido um crescente investimento nas iniciativas em matéria de prevenção do abuso sexual:

2.1.9. Projeto Integrado Para a Prevenção do Abuso Sexual (PIPAS).

O Projeto Integrado para a Prevenção do Abuso Sexual (PIPAS) foi desenvolvido para crianças e jovens e implementado na Casa Pia de Lisboa, de modo a fomentar o desenvolvimento de competências psicosssexuais junto dos mesmos. O projeto integra um conjunto de materiais, que permitem explorar algumas questões relacionadas com o abuso sexual (e.g., sentimentos, corpo) (Alvarez et al., 2010).

2.1.10. Projeto CARE – Rede de Apoio Especializado a Crianças e Jovens Vítimas de Violência Sexual

O projeto CARE foi desenvolvido pela APAV, em 2016, co-financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian e em conjunto com alguns parceiros (e.g., Casa Pia de Lisboa, Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I.P. [INMLCF], Polícia Judiciária [PJ]). Este projeto tem como principal objetivo o desenvolvimento de uma rede, em conjunto com os parceiros, de apoio para vítimas de violência sexual, através de uma intervenção especializada. Pretende, assim, promover respostas e boas práticas de intervenção, não só com as crianças e jovens vítimas de violência sexual, mas também com os familiares e amigos, através da formação especializada, estruturação de modelos de intervenção, encaminhamento de vítimas, por parte da PJ e do INMLCF, para a APAV, e desenvolvimento de materiais de sensibilização para a violência sexual, destinados à comunidade.

2.1.11. Vamos Prevenir! As Aventuras do Búzio e da Coral.

Em Portugal, foi desenvolvido recentemente um jogo de tabuleiro “Vamos Prevenir! As Aventuras do Búzio e da Coral” (Agulhas, Figueiredo & Alexandre, 2016), que se destina a crianças dos seis aos 10 anos de idade, para colmatar a escassez a nível nacional de materiais de prevenção primária do abuso sexual, tendo em conta que esta é a faixa etária na qual se tem verificado uma maior incidência do abuso sexual. Pretende, assim, aumentar os conhecimentos das crianças sobre o abuso sexual e promover o desenvolvimento de competências que lhes permitam identificar e gerir adequadamente este tipo de situações, podendo ser jogado pelas crianças e por técnicos e cuidadores/pais, que são facilitadores do mesmo. Este instrumento foi desenvolvido em formato de jogo de tabuleiro, de modo a que as crianças possam adquirir conhecimentos e desenvolver competências de forma lúdica.

No jogo, é feita a alusão a um tema geral, o mar, no qual existem duas personagens, o Búzio e a Coral, que acompanham a criança, ao longo das atividades de seis temas, a saber: 1) Corpo/Toques; 2) Emoções; 3) Dizer Sim/Dizer Não; 4) Segredos; 5) Internet e 6) Pedir

Ajuda. Dentro de cada tema, são apresentados dois níveis de dificuldade: nível I, menos complexas e normalmente dirigidas a crianças que jogam pela primeira vez e nível II, mais complexas e dirigidas a crianças que já tenham completado as atividades de nível I. As atividades estão ainda divididas por diferentes categorias: Contar, Pintar/Desenhar, Mímica e Identificar.

Mais recentemente, estão a ser desenvolvidos materiais que abrangem crianças em idade pré-escolar (Alexandre, Agulhas & Lopes, no prelo) – Picos e Avelã à Descoberta da Floresta do Tesouro – contribuindo para a existência de materiais que possam trabalhar a prevenção primária desde cedo.

Capítulo III - Avaliação de Impacto de Programas de Prevenção

Após o desenvolvimento de programas e/ou materiais, a sua avaliação é extremamente importante, uma vez que permite verificar se o público-alvo atingiu o que se pretendia, ou seja, se adquiriu os conhecimentos e as competências que eram esperados, bem como apurar se existem efeitos negativos, após a sua aplicação (Reppucci & Haugaard, 1989). Desta forma, a avaliação dos materiais permite, quer determinar a sua eficácia, isto é, em que medida os objetivos foram atingidos, quer a eficiência, ou seja, a relação entre os resultados obtidos e os recursos que foram utilizados (Reppucci & Haugaard, 1989; Marques & Calheiros, 2006). A avaliação permite-nos identificar falhas nos materiais produzidos, de modo a fazer ajustes ao longo do processo e generalizar resultados, bem como melhorar a intervenção junto dos participantes (Posavac, 2015).

Dos programas listados anteriormente, muitos deles apresentam uma avaliação de impacto, que passamos a descrever.

Relativamente ao programa “*Who Do You Tell*”, os resultados indicam um aumento no conhecimento geral nas crianças, relativamente ao abuso sexual e aos tipos de toque, bem como efeitos positivos no que se refere ao questionamento aos pais sobre a sexualidade. São referidos como aspetos menos positivos uma maior preocupação com o tema, por parte de algumas crianças, que está relacionada com uma maior consciencialização sobre o abuso sexual (Tutty, 1997; Tutty, 2000).

De forma a avaliar a eficácia do programa “*Child Abuse Prevention*”, foi realizado um estudo com 133 crianças que demonstraram diferenças significativas ao nível dos seus conhecimentos e competências de prevenção do abuso sexual, quando comparadas com um grupo de controlo (Hebert, Lavoine, Piche & Poitras, 2001), resultados semelhantes aos de

uma análise feita por Nibert e Ford, em 1989. No entanto, dois meses após a participação no programa, as crianças demonstraram um ligeiro decréscimo nas competências e mantiveram os conhecimentos, o que é explicado pelo facto de o programa ser de curta duração, pelo que não permite consolidar aprendizagens sobre como agir perante uma situação.

Num estudo para avaliar o impacto do programa “*Child Abuse Prevention Program*”, com 1350 crianças (Nomerofsky, Carran & Rosenberg, 1994), concluiu-se que aumentaram os conhecimentos e as competências, sendo os resultados mais acentuados em crianças de seis anos de idade e menos significativos nas crianças de três anos de idade.

A avaliação de impacto do programa “*Body Safety Training*” demonstrou que aumentaram as competências de autoproteção, a consciência de que o abuso sexual não é culpa da criança e a probabilidade de revelação do abuso sexual (Currier & Wurtele, 1996; Sarno & Wurtele, 1997; Wurtele & Owens, 1997).

O programa “*Red Flag, Green Flag People*” foi avaliado num estudo de Kolko, Moser e Hughes (1989), com 337 crianças dos sete aos 10 anos, concluindo-se que as crianças adquiriram mais conhecimentos, respostas de prevenção mais adequadas e desenvolveram competências significativas para agir perante uma situação de abuso sexual.

A avaliação do programa “*Feeling Yes, Feeling No*” demonstrou que as crianças que participaram no mesmo revelaram um aumento nos conhecimentos sobre o abuso sexual, foram mais capazes de distinguir situações abusivas das normativas e de identificar ações preventivas (Hazzard et al., 1991; Hazzard, 1993).

Ao avaliar o impacto do programa “*Talking About Touching*”, verificou-se um aumento da capacidade de distinguir entre situações seguras e não seguras, da capacidade de autoproteção em situações abusivas e dos conhecimentos sobre o abuso sexual. Não se verificaram quaisquer efeitos negativos nos participantes (Jacobs, Hashima & Kenning, 1995; Sylvester, 1997).

Na análise comparativa das avaliações de impacto de programas de prevenção do abuso sexual, Wurtele (2002) sublinha a ampliação de conhecimentos e o desenvolvimento de competências, bem como a redução da incidência dos casos. Relativamente às competências, a autora refere, principalmente, a identificação de toques adequados e inadequados, e o desenvolvimento de competências comportamentais (e.g., fugir) e verbais (e.g., dizer não).

De acordo com os resultados de um estudo de meta-análise (Rispen, Aleman & Goudena, 1997), as crianças adquirem conceitos sobre o abuso sexual e competências de autoproteção, quando frequentam programas de prevenção primária. Verificou-se ainda que as crianças tendem a esquecer o que aprenderam após longos intervalos de tempo, pelo que se sugere a

implementação dos programas mais do que uma vez, para uma aprendizagem repetida, o que permite consolidar os conhecimentos adquiridos. É também feita referência a uma maior consciencialização da comunidade em geral sobre o fenómeno do abuso sexual, o que está relacionado com uma diminuição da sua incidência, uma vez que aumentam os esforços para identificar, sinalizar e deter os agressores sexuais (Finkelhor & Jones, 2006).

Em suma, os participantes destes programas de prevenção primária desenvolvem, em geral, mais conhecimentos e competências para lidar com situações potencialmente abusivas, em comparação com as crianças que não participam nos programas (Gibson & Leitenberg, 2000). Os programas são facilitadores, não só da capacidade de identificação deste tipo de situações, como também do processo de revelação a um adulto de confiança. Para além disso, permitem o desenvolvimento de competências como a autoproteção, identificação de toques adequados e desadequados e assertividade (Hébert, Lavoie, Piché & Poitras, 2001).

Em termos gerais, a literatura aponta para o facto de para que um programa de prevenção primária seja mais eficaz tem de reunir um conjunto de condições, designadamente, o envolvimento mais ativo das crianças, a combinação de várias técnicas (e.g., modelagem, *role play*, discussão), ter uma duração maior e/ou várias sessões e envolver os cuidadores no processo (Davis & Gidycz, 2000; Topping & Barron, 2009). Ainda, para Wurtele, Kast e Melzer (1992), programas eficazes envolvem os pais como instrutores e recorrem a utilização de estratégias como a exposição comportamental e a demonstração de modelos de autoproteção. Para Alvarez e colaboradores (2010), os programas de prevenção mais eficazes para jovens em meio escolar, facilitam o desenvolvimento de competências sociais e pessoais e realizam-se ao longo diversos momentos, são abrangentes (centrados em diversos alvos da comunidade) e consideram o contexto em que se inserem as crianças como aspeto central. De acordo com Ornelas e Moniz (2011), o sucesso dos programas implica, assim, o envolvimento dos vários contextos sociais, adaptando-se à população, com o objetivo de possibilitar o desenvolvimento de estratégias e competências, quer nas crianças, quer nos adultos.

3.1. Avaliação de Impacto do Jogo “Vamos Prevenir! As Aventuras do Búzio e da Coral”

Recentemente, considerando que a avaliação se constitui como um passo essencial para o desenvolvimento de materiais eficazes, foi feita uma avaliação de impacto preliminar do jogo supracitado (Grazina, 2016; Moita, 2016).

Mais concretamente, Grazina (2016) avaliou o impacto do jogo em 14 crianças e 11 pais/cuidadores e Moita (2016) fez a avaliação com uma amostra de 15 crianças, que jogaram

em situação de grupo. Em termos gerais, os resultados dos dois estudos realizados demonstram que as crianças apresentam mais conhecimentos acerca do abuso sexual na fase pós-teste mas, na maioria dos itens do questionário, estas responderam já corretamente no primeiro momento de avaliação. No que se refere às questões que pretendiam avaliar competências, não se encontraram variações na percentagem de respostas dadas nos dois momentos, no entanto, verifica-se um aumento na percentagem de crianças que responde corretamente no segundo momento.

Em termos de limitações, as autoras referem a dimensão exígua da amostra, que não permite a generalização dos resultados e o facto de os participantes não terem oportunidade para jogar várias vezes, ao longo do tempo, de modo a consolidar conhecimentos.

3.1.1. Objetivos

Face às limitações apontadas para a avaliação de impacto anterior, o presente estudo visa dar continuidade aos estudos anteriores, tendo assim como objetivo avaliar o impacto de jogo de prevenção primária do abuso sexual, em crianças dos seis aos 10 anos. Mais especificamente, pretende avaliar em que medida o jogo “Vamos Prevenir! As Aventuras do Búzio e da Coral” promove conhecimentos e competências no público-alvo, em dimensões consideradas relevantes na prevenção primária do abuso sexual, nomeadamente, a identificação de segredos que devem ser mantidos e que se devem contar, de toques adequados e inadequados, de perigos associados à internet, de adultos de confiança a quem pedir ajuda.

3.1.2. Hipóteses

Tendo em conta os objetivos da presente tese e os resultados de impacto do referido jogo, bem como de programas e materiais anteriores, espera-se que:

H1: exista um aumento de conhecimentos das crianças sobre a temática do abuso sexual, entre a fase pré e pós-teste, isto é, após terem jogado.

H2: não existam diferenças estatisticamente significativas entre a fase pré e pós-teste ao nível das competências para agir adequadamente perante uma situação potencialmente abusiva, tendo em conta que o jogo vai ser jogado entre uma a duas vezes apenas.

Capítulo IV – Método

Tendo em conta os objetivos do presente estudo, optou-se por uma metodologia quantitativa.

4.1. Participantes

No presente estudo, a amostra é constituída por 69 crianças, sendo que 39 são do sexo feminino, 26 do sexo masculino (quatro crianças não responderam a esta questão). Relativamente às idades, as crianças apresentam idades compreendidas entre os seis e os 10 anos de idade ($M=8$; $DP=1,251$), cumprindo o critério de inclusão na amostra (ter entre seis a 10 anos de idade), a frequentar, maioritariamente, o 1.º ciclo do ensino básico, com maior prevalência o 4.º ano.

Relativamente aos técnicos, facilitadores do jogo com as crianças, colaboraram na sua aplicação 31 técnicos, sendo que 29 são do sexo feminino e apenas dois do sexo masculino, tendo idades compreendidas entre os 22 e os 61 anos de idade ($M=39$; $DP= 9,493$). Quanto à área de formação dos mesmos, a mesma é diversa, apesar de ser na área das ciências sociais (e.g., Serviço Social, Educação, Pedagogia), destacando-se a da Psicologia.

4.2. Instrumentos

4.2.1. Questionário para Crianças

Questionário para Crianças – A. Foi desenvolvido um questionário para as crianças (Anexo A), baseado nos estudos de Grazina (2016) e Moita (2016). A primeira contempla 14 afirmações, com o objetivo de avaliar os conhecimentos sobre o abuso sexual, que remetem para os vários temas que o jogo trabalha: Dizer sim/Dizer não (e.g. “Eu posso dizer «não» a um adulto, se ele fizer alguma coisa que me faça sentir mal”); Corpo/Toques (e.g. “Se alguém tocar nas partes privadas do meu corpo e isso for uma brincadeira (por exemplo, cócegas), não há problema”); Segredos (e.g. “Acho que devo guardar sempre todos os segredos”); Pedir ajuda (e.g. “Se me perder na rua ou noutra local, devo aceitar ajuda de qualquer pessoa”); Emoções (e.g. “Quando me sinto mal, devo guardar apenas para mim esses sentimentos) e Internet (e.g. “Posso marcar um encontro com alguém que apenas conheço através da Internet”). As crianças respondem a cada um dos itens com recurso a uma escala de Likert de três pontos (1=Verdadeiro, 2=Falso, 3=Não Sei). Dos 12 itens utilizados por Grazina (2016) e Moita (2016), foram alterados três, nomeadamente, aqueles para os quais a quase totalidade das crianças participantes nestes estudos respondeu de forma adequada no pré-teste (e.g. “O

meu corpo tem partes privadas que estão protegidas pela roupa interior e que não podem ser tocadas por qualquer pessoa”). A elaboração dos itens foi feita pelas supervisoras, com base na sua experiência profissional.

A segunda parte do questionário é composta por seis situações hipotéticas, que colocam a criança numa situação para a qual se pretende avaliar a sua eventual conduta perante a mesma. Cada uma das situações apresenta uma primeira questão de resposta fechada (e.g., “*Imagina que estavas a passear na rua e de repente percebias que estavas perdido: Pedias ajuda a um adulto?*”), tendo a criança que responder à mesma numa escala de três pontos (1=Sim, 2=Não, 3=Não Sei). A segunda questão é de resposta aberta, perguntando-se à criança o que faria, em mais detalhe, perante cada uma das situações. Esta segunda parte já foi usada nos estudos de Grazina (2016) e Moita (2016), sendo por sua vez baseada no instrumento original “*What If Situations Test*” de Wurtele et al. (1998), que apresenta essas mesmas seis escalas. O instrumento original apresenta boas qualidades psicométricas, dado a consistência interna ser satisfatória (o alfa de *Cronbach* a variar entre .75 e .90) e uma estabilidade temporal adequada (r de *Pearson* a variar entre os .60 e .84).

Questionário para crianças – B. Este questionário é, em tudo, semelhante ao questionário para crianças - A. Acresce o facto de neste, se terem adicionado sete questões que visam avaliar, de forma geral, o interesse, dificuldades, e avaliação geral do jogo (e.g., “*Ficaste com dúvidas sobre algum tema? Qual/quais?*”), mas que não serão usadas no presente estudo (Anexo B).

Tanto na versão A como na versão B, existe uma secção que visa recolher informação sociodemográfica como o sexo, data de nascimento, idade e ano de escolaridade que a criança frequenta.

Em ambas as versões do questionário (A e B), a primeira parte apresenta uma consistência interna satisfatória ($\alpha = 0,632$ e $\alpha = 0,587$, respetivamente). Já no que diz respeito à segunda parte dos questionários, na versão A o valor de consistência interna não é aceitável, mas na versão B já é satisfatório ($\alpha = 0,632$) (Maroco, 2011).

4.3. Procedimento

4.3.1. Procedimento de Recolha

O procedimento de recolha de dados principiou no início do ano de 2017 e envolveu o contacto por parte das supervisoras com CPCJ de todo o país, que pudessem constituir-se como potenciais colaboradores neste estudo, tendo tido para o efeito o apoio da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção de Crianças e Jovens. Assim, foram enviados

pedidos de participação, por esta última, via e-mail, incluindo como anexos, os questionários (versão A e B), uma ficha para o técnico (Anexo C), a descrição do estudo, com instruções para participação no mesmo (Anexo D), bem como o consentimento informado (Anexo E), desenvolvidos pelas supervisoras deste trabalho.

Nas instruções foi descrito, de forma detalhada, o que era pretendido antes de jogar o jogo (pré-teste: e.g., aplicação da versão A do questionário), ao jogar o jogo e após jogar o jogo (pós-teste: e.g., aplicação da versão B do questionário). Foi recomendado que deveria ser apenas um técnico a jogar com uma ou um grupo máximo de quatro crianças, num lugar calmo e tranquilo para o efeito, sem distratores e que os questionários seriam de autopreenchimento, nos dois momentos, ou seja, antes e depois de jogarem o jogo. Foi indicado, ainda, que as investigadoras estariam disponíveis para qualquer esclarecimento adicional, de modo a garantir que todos os participantes, quer técnicos, quer crianças, sabiam o procedimento a seguir.

No que se refere a questões éticas, inerentes à pesquisa na área de psicologia, estas foram cumpridas, no que se refere a confidencialidade, privacidade e proteção dos dados, sendo estes utilizados apenas para a presente investigação. Os participantes foram informados que, em qualquer momento, poderiam findar a sua colaboração, sendo esta de carácter voluntário.

O estudo teve a recetividade de cerca de 30 regiões de Portugal Continental. Tendo em conta o registo dos técnicos, o jogo foi jogado de uma só vez em cerca de 55.5% dos casos ou em duas vezes em cerca de 45%; apesar desta diferença, em termos de duração, os técnicos reportaram ter jogado entre 50 minutos a duas horas.

4.3.2. Procedimento de Análise

Para efetuar a análise dos dados, criou-se uma base de dados na versão 24.0 do programa SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*). No que se refere ao tratamento estatístico, foi efetuada estatística descritiva, recorrendo a tabelas de frequência.

Numa primeira fase da análise dos itens que compõem o questionário, foram identificadas as respostas que seriam corretas para cada uma das afirmações.

Tendo em conta o facto de as variáveis serem nominais, recorreu-se a testes não paramétricos, considerando-se que o teste mais adequado seria o *Marginal Homogeneity Test* (teste de homogeneidade marginal), no qual as variáveis podem assumir mais do que duas categorias (Maroco, 2011). Antes de se proceder a estes cálculos, foram criadas novas variáveis a partir de recodificação das originais (*recode into different variables*): mais concretamente, as respostas aos 14 itens iniciais (ligados aos conhecimentos sobre as

diferentes temáticas) e às seis questões fechadas das vinhetas foram recodificadas, no sentido de obter desde logo informação sobre se a resposta dada era correta, incorreta ou se se mantinha o “não sei”.

As questões de resposta aberta apresentadas na segunda parte do questionário (versão A e B) desenvolvido para as crianças, foram codificadas com base num dicionário de categorias (Anexo F), criado especificamente para a avaliação preliminar do mesmo jogo (Grazina, 2016; Moita, 2016). Num primeiro momento, foram atribuídas às respostas dadas pelas crianças, as categorias “desadequada”, “satisfatória” e “adequada”, valendo 0,1 e 2 pontos, respetivamente. Foram ainda criadas as categorias “não sei” e “não respondeu”, que valem 3 e 4 pontos, utilizadas quando a criança escreve que não sabe responder ou, simplesmente, não responde. Deste modo, foram definidos critérios para os vários tipos de resposta: a resposta é “desadequada”, quando traduz uma incapacidade, por parte da criança, de distinguir entre situações normativas e não normativas; “satisfatória”, quando se traduz num conhecimento que é adequado, mas pouco fundamentado; e “adequada”, quando se traduz num conhecimento adequado e fundamentado.

A análise das respostas dadas pelas crianças foi feita pela mestranda e por uma das orientadoras, para 50% do material a cotar, havendo uma percentagem de acordo de 100%, entre ambas.

Capítulo V - Resultados

Tendo em conta os objetivos do presente estudo, os resultados serão apresentados em função das hipóteses iniciais.

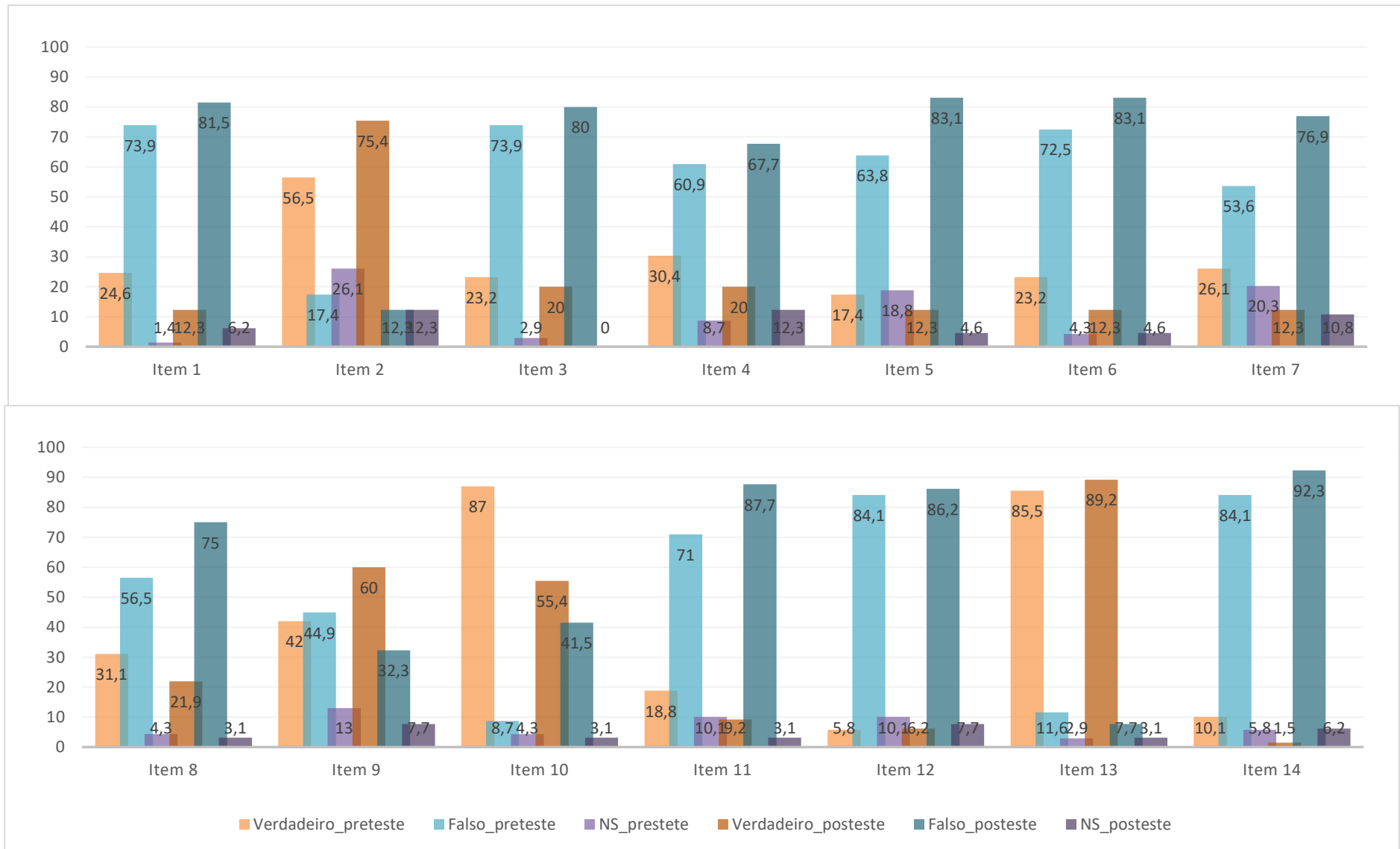
H1. Espera-se que exista um aumento de conhecimentos das crianças sobre a temática do abuso sexual, entre a fase pré e pós-teste, isto é, após terem jogado o jogo.

Antes de se testar a hipótese 1, foi realizada uma análise descritiva dos resultados do pré e pós-teste, de modo a verificar a frequência de respostas dos itens do questionário. Os resultados indicam que, no momento do pré-teste, apenas em cerca de três dos 14 itens, a categoria de resposta correta é superior a 50% (itens 2 - *“Eu posso dizer «Não» a um adulto, se ele fizer alguma coisa que me faça sentir mal.”*, 10 *“Tenho que obedecer sempre aos adultos.”* e 13 - *“Se for dormir a casa de um/a amigo/a e alguém me fizer alguma coisa de que eu não gosto, devo dizer não e contar a uma pessoa de confiança.”*), mantendo-se esse número no pós-teste (itens 2, 9 - *“Se um adulto/alguém mais velho que eu conheço fizer alguma coisa que me faça sentir mal e pedir segredo, não devo guardar esse segredo.”* e 13) (Figura 1).

Na continuidade da análise descritiva, salienta-se que em três dos itens (12, 13 e 14), os participantes já demonstravam deter alguns conhecimentos acerca da temática, visto que antes de terem jogado, as respostas corretas já ultrapassavam os 84%, nos itens supracitados. Relativamente ao item 14, na fase de pós-teste, verificou-se um aumento de 84.1% para 92.3%, sendo que é neste item que o valor se aproxima mais dos 100%.

No que refere às respostas incorretas, à exceção do item 12 (*“Se alguém me mostrar imagens ou vídeos que não são para a minha idade e me pedir segredo, devo guardar esse segredo”*), em todos os itens se verifica uma diminuição das mesmas, entre o pré e o pós-teste.

Figura 1. Gráfico da frequência de respostas aos itens do questionário, no pré e no pós-teste.



Por sua vez, a frequência de respostas “Não Sei” diminuiu da fase pré-teste para o pós-teste em 64% dos itens (itens 2, 3, 5, 7, 9, 10, 12).

De forma a testar a hipótese 1, foram calculados testes não paramétricos (*Marginal Homogeneity Test*) para cada um dos 14 itens iniciais, para amostras emparelhadas. Os resultados indicam que em, aproximadamente, 64% dos itens (3, 4, 5, 6, 7, 11, 12, 13 e 14) não existem diferenças estatisticamente significativas ($p > 0,05$) nas respostas dadas do pré-teste para o pós-teste. Nos restantes itens, verificaram-se diferenças estatisticamente significativas: item 1 ($MH = -2.50$; $p = 0.012$), item 2 ($MH = 3.21$; $p = 0.001$), item 8 ($MH = -2.32$; $p = 0.020$), item 9 ($MH = 2.36$; $p = 0.018$) e, por fim, item 10 ($MH = -3.12$; $p = 0.002$) (Quadro 5.1.1.). Nos itens 2 e 9, aumentaram as respostas corretas e diminuíram as respostas incorretas e as da categoria “Não Sei” (Quadro 5.1.1.), pelo que a H1 se confirma apenas parcialmente.

Quadro 5.1.1. *Análise da existência de diferenças estatisticamente significativas nas respostas aos itens do questionário, no pré e no pós-teste, através do Marginal Homogeneity Test.*

Item	<i>MH</i>	<i>p - value</i>
1. Se me perder na rua ou noutra local, devo aceitar ajuda de qualquer pessoa	-2,500	,012*
2. Eu posso dizer «Não» a um adulto, se ele fizer alguma coisa que me faça sentir mal.	3,207	,001*
3. Quando me sinto mal, devo guardar apenas para mim esses sentimentos	,408	,683
4. Se alguém tocar nas partes privadas do meu corpo e isso for uma brincadeira (por exemplo, fazer cócegas), não há problema.	-1,300	,194
5. Se uma pessoa de quem gosto muito pedir para eu tirar a roupa e para guardar segredo, devo guardá-lo	1,298	,194
6. É bom fazer amigos pela internet e poder trocar informações pessoais entre nós (por exemplo, onde vivemos, em que escola andamos)	-1,633	,102*

7. Se alguém me tocar de uma forma que eu não gosto, mas essa pessoa disser que gosta de mim, então não há problema.	-,169	,866
8. Acho que devo guardar sempre todos os segredos.	-2,324	,020*
9. Se um adulto/alguém mais velho que eu conheço fizer alguma coisa que me faça sentir mal e pedir segredo, não devo guardar segredo.	2,359	,018*
10. Tenho que obedecer sempre aos adultos.	-3,124	,002*
11. Posso marcar um encontro com alguém que apenas conheço através da Internet.	,258	,796
12. Se alguém me mostrar imagens ou vídeos que não são para a minha idade e me pedir segredo, devo guardar esse segredo.	0,302	,763
13. Se for dormir a casa de um/a amigo/a e alguém me fizer alguma coisa que eu não gosto, devo dizer não e contar a uma pessoa de confiança	,447	,655
14. Se alguém que está a tomar conta de mim disser que me deixa ir para a cama mais tarde mas, em troca, eu devo tomar banho com ele/a, é fixe.	-1,508	,132

* itens que apresentam diferenças estatisticamente significativas $p < 0,05$

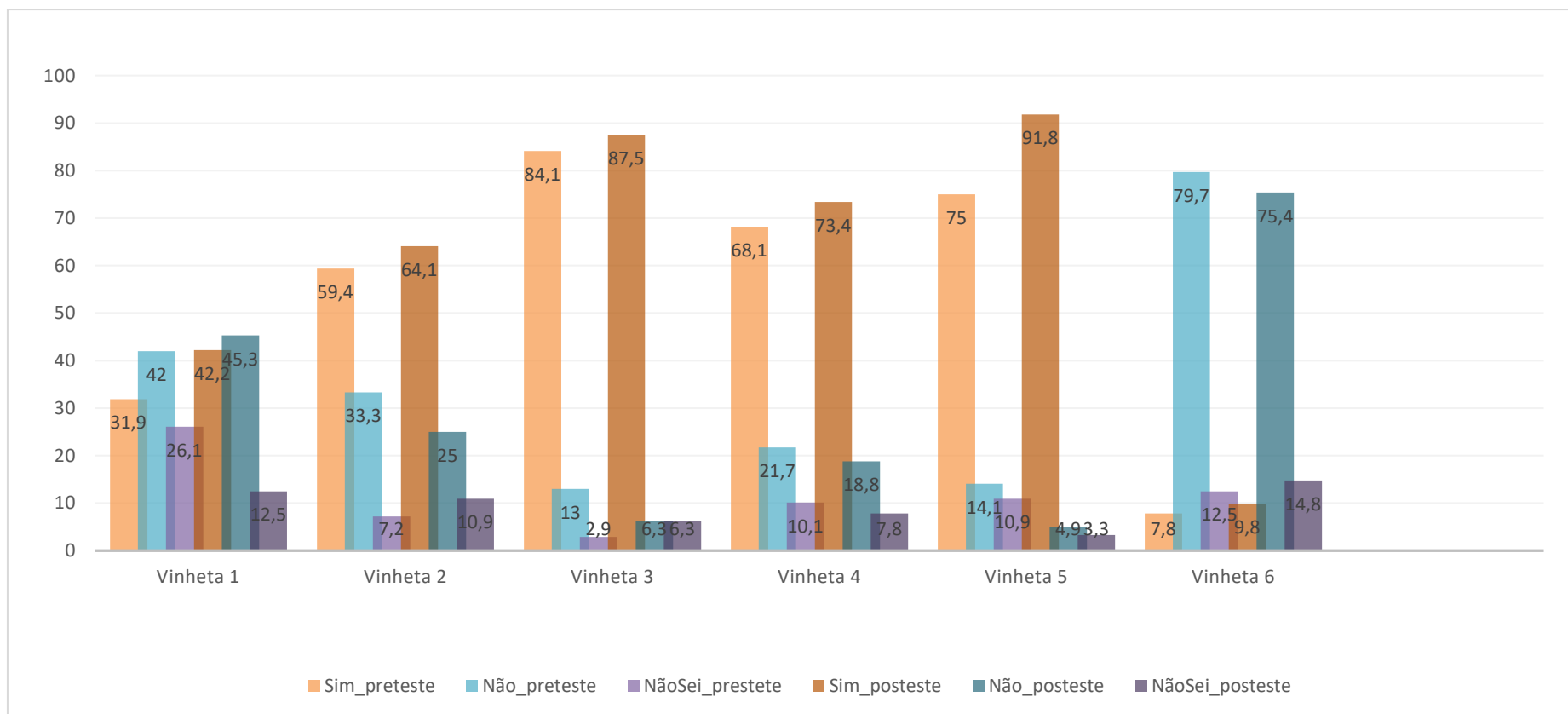
H2. Espera-se que não existam diferenças estatisticamente significativas entre a fase pré e pós-teste ao nível das competências para agir adequadamente perante uma situação potencialmente abusiva, tendo em conta que o jogo vai ser jogado entre uma a duas vezes apenas.

À semelhança da hipótese 1, antes de se testar a hipótese 2, foi realizada uma análise descritiva dos resultados do pré e pós-teste, de modo a verificar a frequência de respostas dos itens do questionário. É visível que apenas em duas das situações apresentadas (vinhetas 4 e 5, que remetem para pedir ajuda, dizer não e contar a um adulto de confiança), existe uma variação que tende para o aumento de respostas corretas e diminuição de respostas incorretas e “Não Sei”, entre as fases pré e pós-teste. No caso da situação 5, por exemplo, essa pontuação varia de 75% para 91.8%, da fase pré para a fase pós-teste.

Nas restantes situações, apesar das respostas corretas aumentarem ligeiramente, também se dá um aumento das respostas incorretas e “Não Sei”. Por exemplo, na situação 1, aumentam

ligeiramente as respostas corretas (“Sim”) entre os dois momentos, de 31.9% para 42.2%. No entanto, também aumentam as respostas erradas no pós-teste, com uma percentagem superior à das respostas corretas (45.3%) (Figura 2).

Figura 2. Gráfico da frequência de respostas das crianças às situações potencialmente abusivas, no pré e no pós-teste.



Posteriormente, para verificarmos se as respostas dadas pelas crianças à segunda alínea (b) foram adequadas, satisfatórias ou desadequadas, foi igualmente realizada uma análise descritiva, por forma a compreender a sua variação. Analisámos, também, a existência de diferenças estatisticamente significativas nas respostas às situações, através do *Marginal Homogeneity Test* ($p < 0.05$) (Quadro 5.1.2).

Quadro 5.1.2. *Análise da existência de diferenças estatisticamente significativas nas respostas das crianças às situações potencialmente abusivas, no pré e no pós-teste, através do Marginal Homogeneity Test.*

Vinheta	Categorias de Resposta	Pré-teste	Pós-teste	MH	p-value
1. Imagina que estavas a brincar e magoavas-te nas tuas partes privadas (por exemplo, o rabo) e os teus pais tinham que te levar ao médico: b) Se ele mexesse nas tuas partes privadas, o que farias?	Desadequada	55%	50,7%	-,856	,392
	Satisfatória	14,5%	16,4%		
	Adequada	13%	14,9%		
2. Imagina que um adulto que tu conheces pedia-te para ires a sua casa, para te mostrar um jogo novo e dizia-te para não contares a ninguém: b) O que farias?	Desadequada	39,1%	14,5%	,868	,385
	Satisfatória	36,2%	56,5%		
	Adequada	14,5%	10,1%		
3. Imagina que um adulto que tu não conheces vinha ter contigo e dizia-te: “Podes ajudar-me a encontrar o meu cãozinho que está perdido aqui no parque?”: b) O que farias?	Desadequada	11,6%	10,1%	-,713	,476
	Satisfatória	43,5%	44,9%		
	Adequada	34,8%	26,1%		
4. Imagina que estavas a passear e de repente percebias que estavas perdido: b) O que farias?	Desadequada	7,2%	2,9%	-2,499	,012*
	Satisfatória	33,3%	24,6%		
	Adequada	47,8%	49,3%		

5. Imagina que um adulto que tu conheces pedia-te para lhe dares um beijinho numa parte do corpo que tu não gostas: b) O que farias?	Desadequada	10,9%	4,4%	1,508	,132
	Satisfatória	53,1%	44,1%		
	Adequada	18,8%	27,9%		
6. Imagina que um amigo teu te dizia que tens de ter uma rede social (por exemplo, Facebook), como ele, para falarem depois da escola: b) O que farias?	Desadequada	7,8%	10,1%	-,354	,724
	Satisfatória	54,7%	44,9%		
	Adequada	18,8%	27,9%		

Nota: no quadro não constam as categorias de resposta “Não Sei” e “Não respondeu”; * Itens que apresentam diferenças estatisticamente significativas $p < 0,05$

Após a condução de testes não paramétricos, em termos gerais, verificam-se diferenças estatisticamente significativas na situação 4, na qual se questiona à criança o que faria se de repente percebesse que estava perdida ($MH = -2.45$; $p = 0.012$). Essas diferenças surgem, sobretudo, na frequência das respostas “desadequada” (pré-teste: 7.2%; pós-teste: 2.9%), que ficou muito próxima de zero. No que se refere à frequência de respostas “Satisfatória”, houve variação no sentido inverso, diminuindo de 33.3% para 24.6%. Relativamente às respostas “Adequada”, apenas sofreram um aumento de 1.5%.

Relativamente aos às restantes situações, não se verificam diferenças estatisticamente significativas ($p < 0.05$). Fazendo a análise descritiva das mesmas, constata-se que existe variação nas três categorias de resposta.

No caso da situação 1, diminuem as respostas “desadequadas”, que se mantêm elevadas (pré-teste: 55%; pós-teste: 50.7%) e aumentam, tanto as “satisfatórias” (pré-teste: 14.5%; pós-teste: 16.4%) como as “adequadas” (pré-teste: 13%; pós-teste: 14.9%).

No caso das situações 2 e 3, diminuem as respostas “desadequada” e “adequada” e aumentam as “satisfatórias”. Por exemplo, na situação 2, as respostas da categoria “desadequada” diminuem de 39.1% para 14.5%, da categoria “adequada” diminuem de 14.5% para 10.1% e da categoria “satisfatória” aumentam de 36.2% para 56.5%.

No que se refere à situação 5, verifica-se uma diminuição da frequência de respostas “desadequada” (pré-teste: 10.9%; pós-teste: 4.4%) e “satisfatória” (pré-teste: 13%; pós-teste: 14.9%) e um aumento nas respostas “adequada” (pré-teste: 18.8%; pós-teste: 27.9%).

Por último, ao analisar a situação 6, constata-se uma variação das frequências no sentido inverso, isto é, aumentam as respostas da categoria “desadequada” (pré-teste: 7.8%; pós-teste: 10.1%), diminuindo as da categoria “satisfatória” (pré-teste: 54.7%; pós-teste: 44.9%) e “adequada” (pré-teste: 20.3%; pós-teste: 14.5%).

Importa referir que, apesar de as categorias “não sei” e “não respondeu” não estarem contempladas no quadro de frequências, a tendência em todas as situações foi de uma diminuição das respostas “não sei” e um aumento das não respostas, do pré para o pós-teste. Por exemplo, na situação 4, as respostas da categoria “não sei” diminuíram ligeiramente de 5.8% para 4.3% e as da categoria “não respondeu” aumentaram de 5.8% para 18.8%.

Em termos globais, os resultados apresentados permitem verificar a H2, na medida em que as diferenças de respostas do primeiro para o segundo momento, não foram estatisticamente significativas, no que se refere à ampliação de competências nas crianças para lidar com situações potencialmente abusivas.

Capítulo VI – Discussão

O objetivo do presente estudo era avaliar o impacto do jogo de prevenção primária do abuso sexual para crianças “Vamos Prevenir! As Aventuras do Búzio e da Coral”, em crianças dos seis aos 10 anos de idade. Pretendia-se, assim, verificar se houve um aumento dos conhecimentos sobre o abuso sexual nas crianças e o desenvolvimento de competências para agir de forma adequada, perante uma situação potencialmente abusiva. Mais concretamente, os conhecimentos e competências estão relacionados com a adequada identificação de toques adequados e desadequados, saber gerir as emoções e a forma de as expressar, assertividade, identificar segredos que se devem guardar e os que devem ser contados, saber pedir ajuda a adultos de confiança, bem como identificar os perigos associados à internet.

A literatura demonstra que estudos que avaliam o impacto deste tipo de programas de prevenção do abuso sexual, revelam uma ampliação de conhecimentos e o desenvolvimento de competências nas crianças (e.g., dizer não, fugir) (Rispen et al., 1997; Gibson & Leitenberg, 2000; Wurtele, 2002; Grazina, 2016; Moita, 2016). Também é feita referência a uma maior consciencialização da comunidade em geral sobre esta problemática, aumentando assim os esforços para identificar e sinalizar os casos de abuso sexual (Finkelhor & Jones, 2006). Face ao exposto, e tendo em conta os objetivos a que se propôs, era esperado que o jogo “Vamos Prevenir! As Aventuras do Búzio e da Coral”, demonstrasse ter impacto nas crianças que jogaram, o que se traduz num aumento de conhecimentos e no desenvolvimento de competências.

Relativamente às crianças, no geral, os resultados do estudo demonstram que estas apresentam mais conhecimentos sobre a temática do abuso sexual, após jogarem o jogo. No entanto, em alguns itens que compõem o questionário (e.g., “*Se for dormir a casa de um amigo/a e alguém me fizer alguma coisa que eu não gosto, devo dizer não e contar a uma pessoa de confiança*”), já tinham respondido corretamente antes de jogarem, o que demonstra alguns conhecimentos prévios.

Particularmente no item 10 (“*Tenho que obedecer sempre aos adultos*”), à semelhança dos resultados obtidos nas avaliações de impacto anteriores (Grazina, 2016; Moita, 2016), as respostas corretas (*falso*), aumentaram exponencialmente de 8.7% no pré-teste, para 41.5% no pós-teste. Diminuíram igualmente as respostas falsas (*verdadeiro*), no entanto, estas mantiveram-se nos 55.5%. Apesar da percentagem de respostas corretas no pós-teste não se mostrar muito elevada, estas diferenças são estatisticamente significativas. Relativamente ao

número elevado de respostas incorretas, isto pode justificar-se pelas normas sociais vigentes na sociedade, de que uma criança tem sempre de obedecer aos adultos.

É de referir, igualmente que, em algumas questões, a percentagem de respostas corretas ter aumentado, o número respostas “Não Sei” também aumentou, o que pode ser explicado pelo facto das crianças saberem o que é eticamente correto, mas conhecerem os limites das suas ações, isto é, se a situação acontecesse com as mesmas, não saberiam o que fazer. Desta forma, o jogo poderá aumentar a capacidade de reflexão nas crianças, tornando-as mais assertivas, bem como promover a identificação de ações preventivas, quer verbais, quer comportamentais, o que vai ao encontro do que Wurtele (2002) verificou na sua análise comparativa de avaliações de impacto de programas de prevenção do abuso sexual.

Face aos resultados obtidos, pode concluir-se que as crianças demonstram mais conhecimentos após jogarem o jogo, em comparação com os que tinham inicialmente.

No que diz respeito às competências, analisando as respostas da alínea a), verifica-se um aumento na percentagem de crianças que responde corretamente na fase de pós-teste, à exceção da vinheta 6 (*“Imagina que um amigo teu te dizia que tens de ter uma rede social (por exemplo, o Facebook), como ele, para falarem depois da escola”*), na qual as respostas corretas diminuem ligeiramente. Esta exceção poderá prender-se com o facto de as crianças acharem adequado terem uma rede social, porque os amigos também têm ou, simplesmente, por não saberem os perigos associados ao uso da internet, tendo em conta as suas idades. Em cerca de 50% das situações, ou seja, três das seis apresentadas, as respostas “Não Sei” aumentam no segundo momento, o que poderá ser explicado por uma maior reflexão, que por sua vez cria dúvidas, sobre os temas associados às três situações (dizer não, segredos, identificação de situações de perigo).

Relativamente aos resultados obtidos nas respostas da alínea b), em termos gerais, verifica-se um ligeiro aumento das respostas que são consideradas adequadas e satisfatórias, no entanto, apenas na vinheta 4, que remete para o tema “pedir ajuda” (*“Imagina que estavas a passear e de repente percebias que estavas perdido. O que farias?”*), estas diferenças são estatisticamente significativas. É de referir que, após o jogo, aumentou a percentagem das crianças que não responderam à questão, em todas as situações. À semelhança da alínea a), no que se refere à situação 6, as respostas satisfatórias e adequadas, tendem a diminuir entre as duas fases, verificando-se um aumento da percentagem de respostas desadequadas sendo, mais uma vez perceptível, que os perigos associados à internet não estão claros para as crianças que jogaram, possivelmente, pela sua idade e nível de maturidade.

Tendo em conta o número de vezes que as crianças jogaram o jogo e a literatura, que refere que os programas devem ser aplicados ao longo de várias sessões, para uma aprendizagem repetida e treino de competências (Rispen et al., 1997), seria já expectável que não existissem diferenças estatisticamente significativas, ao nível das competências, entre as duas fases. Hebert e colaboradores (2001), na sua avaliação ao programa Child Abuse Prevention, justificam o decréscimo de competências nos participantes, após dois meses da sua aplicação, com o facto do programa ser de curta duração, não permitindo consolidar aprendizagens.

Em termos gerais, o jogo permite uma maior consciencialização sobre temáticas e conceitos relacionados com o abuso sexual, familiarizando as crianças com os mesmos, de forma lúdica e não explícita. Uma vez que pressupõe ter um adulto como facilitador, o jogo também fomenta a reflexão/discussão conjunta sobre a temática, entre as crianças e os pais/cuidadores e/ou técnicos.

Posto isto, o jogo “Vamos Prevenir” As Aventuras do Búzio e da Coral”, permitiu a aquisição de conhecimentos nas crianças participantes e a melhor consciencialização dos técnicos que jogaram com as mesmas, no que se refere ao abuso sexual. Destaca-se, então, a importância de continuar a investir no desenvolvimento deste tipo de materiais, procurando adaptar a intervenção, de modo aumentar as suas potencialidades e o seu impacto.

Limitações

Encontrámos algumas limitações para este estudo, sendo importante salientá-las.

Em primeiro lugar, é de referir que, apesar de os participantes terem jogado o jogo entre uma a duas vezes antes de responderem ao questionário, a maioria jogou apenas uma vez, o que não permitiu a consolidação de aprendizagens. Neste sentido Rispen, Aleman e Goudena (1997), sugerem uma aprendizagem repetida para consolidar conhecimentos, pelo que, se as crianças jogassem mais vezes, esperaríamos uma maior variação entre o pré e o pós-teste.

Um outro aspeto refere-se ao facto de, em alguns itens do questionário, ter sido visível que os participantes responderam tendo em conta as normas sociais ou de forma intuitiva (e.g., “*Se me perder na rua ou noutra local, devo aceitar ajuda de qualquer pessoa*”).

É de referir também o facto de o presente estudo não ter um grupo de controlo, que difere do grupo experimental pela ausência de intervenção. Assim, seria possível determinar a influência da aplicação do jogo, eliminando outros fatores, como aprendizagens *a priori* (Freire & Almeida, 2008).

Em estudos futuros, seria pertinente avaliar, não só a aquisição de conhecimentos das crianças, mas também dos técnicos que atuam como facilitadores do jogo, uma vez que é

importante a participação dos mesmos em programas de prevenção primária do abuso sexual, de forma a potenciar a reflexão e discussão multidisciplinar sobre a temática, facilitando na identificação de situações potencialmente abusivas.

Salienta-se ainda a importância de avaliar o impacto em estudos com crianças que joguem mais vezes o jogo, ao longo do tempo, de forma a verificar as diferenças nos resultados. Assim, seria pertinente, por exemplo, aplicar o jogo em escolas, ao longo de alguns meses, de forma a permitir analisar os resultados, em termos da sua eficácia, nas crianças, pais e comunidade escolar. Sugere-se, por fim, a análise das potencialidades que o jogo tem, de modo a aumentar o seu impacto.

Referências

- Aguilar, A., & Salcedo, M. (2008). Caracterización de la violencia sexual en adolescentes de 10 a 19 años, 2001-2003, Cali. *Colombia Médica*, 39(4).
- Agulhas, R., Figueiredo, N., & Alexandre, J. (2016). Jogo de prevenção primária do abuso sexual destinado a crianças entre os 6 e os 10 anos de idade, “*Vamos Prevenir!*” Lisboa: Edições Sílabo.
- Alexandre, J., Agulhas, R., & Lopes, C. (no prelo). Picos e Avelã à Descoberta da Floresta do Tesouro – Jogo de Prevenção Primária do Abuso Sexual para Crianças dos 3 aos 6 anos. Seixal: Ideias com História.
- Altman, D. R. (2006). *The effects of childhood sexual abuse on adult male attachments in close relationships* (Doctoral dissertation, Texas A & M University).
- Alvarez, M., Pinto, A., Miranda, G., Melo, R., Baptista, V., Duarte, B. & Maroco, J. (2010). Avaliação do Projeto Integrado para a Prevenção do Abuso Sexual (PIPAS): estudo preliminar. *Psychologica*, 52, 231-252.
- Alves, S. M. D. R. (1995). Crimes sexuais: “Notas e comentários aos artigos 163º a 179º do Código Penal”. *Coimbra: Almedina*.
- American Psychiatric Association (2014). *DSM-V: Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais* (5ª ed.). Lisboa: Climepsi
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (2011). *Manual Crianças e Jovens vítimas de violência: compreender, intervir e prevenir*. Lisboa: Associação Portuguesa de Apoio à Vítima.
- Araújo, M. (2002). Violência e abuso sexual na família. *Psicologia em Estudo*, 7(2), 3-11.
- Azevedo, E. (2001). Atendimento psicanalítico a crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 21(4), 66-77.
- Azevedo, M., & Maia, A. (2006). *Maus-Tratos à Criança*. Lisboa. Climepsi Editores.
- Bacon, H., & Richardson, S. (2000). 13 Child sexual abuse and the continuum of victim disclosure. *Home Truths About Child Sexual Abuse: Policy and Practice*, 235.
- Balboni, J. M. (2011). *Clergy sexual abuse litigation: Survivors seeking justice*. London, UK: First Forum Press.
- Behrman, G. (2007). *Exploring the effects of early life sexual abuse in later life among Catholic women religious (nuns)* (Doctoral dissertation, State University of New York at Albany).
- Berliner, L. & Conte, J. R. (1995). The effects of disclosure and intervention on sexually abused children. *Child Abuse & Neglect*, 19(3), 371-384.

- Borges, J. & Zingler, V. T. (2013). Fatores de risco e de proteção em adolescentes vítimas de abuso sexual. *Psicologia em estudo*, 18(3), 453-463.
- Bowman, R. A., Scotti, J. R., & Morris, T. L. (2010). Sexual abuse prevention: A training program for developmental disabilities service providers. *Journal of Child Sexual Abuse*, 19(2), 119-127.
- Braun, S. A. (2002). *A violência sexual infantil na família: do silêncio à revelação*. Porto Alegre: Age.
- Brino, R. & Williams, L. (2008). Professores como agentes de prevenção do abuso sexual infantil. *Educação & Realidade*, 33(2), 209-229.
- Bronfenbrenner, U. (1996) *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*. Trad. M. A. V. Veronesi. Porto Alegre, Artes Médicas.
- Caminha, R. M. (1999). A violência e seus danos à criança e ao adolescente. *Violência doméstica*, 43-60.
- Child Welfare Information Gateway (2013). *What is child abuse and neglect? Recognizing the signs and symptoms*. Washington, DC: U.S. Department of Health and Human Services, Children's Bureau.
- Código Penal (2007). Coimbra: Almedina.
- Cohen, C. & Gobbetti, G. (2003). *O incesto: o abuso sexual intrafamiliar*. 31(03).
- Colín, N. (2004). Y Entonces... Qué pasa con la prevención del abuso sexual infantil?. *Archivos Hispanoamericanos de Sexología*, 10(1)
- Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco. (2016). *Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ no ano de 2015*. Lisboa: Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco.
- Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco. (2017). *Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ no ano de 2016*. Lisboa: Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco.
- Cooper, S. (1995). *New Strategies for free children: Child abuse prevention for elementary school children*. New Jersey: ICAP.
- Crisma, M., Bascelli, E., Paci, D. & Romito, P. (2004). Adolescents who experienced sexual abuse: fears, needs and impediments to disclosure. *Child Abuse & Neglect*, 28(10), 1035-1048.
- Currier, L. & Wurtele, S. (1996). A pilot study of previously abused and non-sexually abused children's responses to a personal safety program. *Journal of Child Sexual Abuse*, 5, 71-87. doi:10.1300/J070v05n01_04

- Davidson, J., Grove-Hills, J., Bifulco, A., Gottschalk, P., Caretti, V., Pham, T., & Webster, S. Online abuse: Literature review and policy context. Retirado de <http://www.scotcen.org.uk/media/22523/european-online-grooming-projectliteraturereview.pdf>
- Davis, M., & Gidycz, C. (2000). Child sexual abuse prevention programs: A meta-analysis. *Journal of Clinical Child & Adolescent Psychology*, 29, 257-265. doi:10.1207/S15374424jccp2902_11
- Deering, R., & Mellor, D. (2009). *Psychiatry, Psychology and Law*, 16(3), 394-412. doi: 10.1080/13218710902930291
- European Commission (2010). *Directive of the European Parliament and of the Council on combating the sexual abuse, sexual exploitation of children and child pornography, repealing Framework Decision 2004/68/JH*. Brussels, 29(3).
- Faleiros, E. (2003). *Abuso sexual contra crianças e adolescentes: os (des)caminhos da denúncia*. Brasília: Presidência da República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos.
- Figueiredo, N. (2015). *Vamos Prevenir! As Aventuras do Búzio e da Coral - Jogo de Prevenção Primária do Abuso Sexual para Crianças entre os 6 e os 10 anos*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Comunitária e Proteção de Menores. Lisboa: ISCTE-IUL.
- Finkelhor, D. (1994). The international epidemiology of child sexual abuse. *Child Abuse & Neglect*, 18(5), 409-417.
- Finkelhor, D., & Jones, L. (2006). Why have child maltreatment and child victimization declined?. *Journal of Social Issues*, 62(4), 685-716.
- Finkelhor, D., Turner, H. A., Ormrod, R. K., & Hamby, S. L. (2010). Trends in childhood violence and abuse exposure: Evidence from 2 national surveys. *Archives of Pediatrics & Adolescent Medicine*, 164, 238-242. doi:10.1001/archpediatrics.2009.283
- Fleming, J., Mullen, P., & Bammer, G. (1997). A study of potential risk factors for sexual abuse in childhood. *Child Abuse & Neglect*, 21(1), 49-58.
- Florentino, B. (2015). As possíveis consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes. *Fractal: Revista de Psicologia* 27(2), 139-144. doi: 10.1590/1984-0292/805
- Flores, R. Z., & Caminha, R. M. (1994). Violência sexual contra crianças e adolescentes: algumas sugestões para facilitar o diagnóstico correto. *Revista psiquiatria. Rio Grande Sul*, 16(2), 158-67.
- Frantz, B. L., Carey, A. C., & Bryen, D. N. (2006). Accessibility of Pennsylvania's victim assistance programs. *Journal of Disability Policy Studies*, 16(4), 209-219.
- Freire, T., & S Almeida, L. (2008). Metodologia da investigação em psicologia e educação.

- Furniss, T. (1993). *Abuso sexual da criança: Uma abordagem multidisciplinar*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Garbarino, J. (1991). Not all bad developmental outcomes are the result of child abuse. *Development and Psychopathology*, 3, 45-50.
- Gordon, R. (1983). An operational classification of disease prevention. *Public Health Reports*, 98, 107-109.
- Grazina, T. (2016). *Vamos prevenir! As Aventuras do Búzio e da Coral: avaliação do impacto em crianças e respetivos cuidadores*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Comunitária e Proteção de Menores. Lisboa: ISCTE-IUL.
- Habigzang, L. & Caminha, R. (2004). *Abuso sexual contra crianças e adolescentes: conceituação e intervenção clínica*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Habigzang, L., Koller, S. H., Azevedo, G. N. A., & Machado, P. X. (2005). Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: aspectos observados em processos jurídicos. *Psicologia: teoria e pesquisa*. Brasília. Vol. 21, n. 3 (set./dez. 2005), p. 341-348.
- Hazard, A. (1993). Psychoeducational groups to teach children sexual abuse prevention skills. *Journal of Child and Adolescent Group Therapy*, 3, 13-23. doi:10.1007/BF00973640
- Hazard, A., Webb, C., Kleemeier, C., Angert, L. & Pohl, J. (1991). Child sexual abuse prevention: Evaluation and one-year follow-up. *Child Abuse & Neglect*, 15, 123-138. doi:10.1016/0145-2134(91)90097-W
- Hébert, M., Lavoie, F., Piché, C. & Poitras, M. (2001). Proximate effects of a child sexual abuse prevention program in elementary school children. *Child Abuse & Neglect*, 25, 505-522.
- Hien, D., Litt, L. & Cohen, L. (2008). Perspectives on traumatic stress, posttraumatic stress disorder, and complex posttraumatic stress disorder. In *Trauma Services for Women in Substance Abuse Treatment: An Integrated Approach*.
- Holt, A. (2006). *Differential adjustment patterns of women abused during childhood: Family and peer relations as moderators*. The University of Memphis, United States – Tennessee.
- Hornor, G. (2010). Child sexual abuse: Consequences and implications. *Journal of Pediatric Health Care*, 24(6), 358-364.
- Jacobs, J., Hashima, P. & Kenning, M. (1995). Children's perceptions of the risk of sexual abuse. *Child Abuse & Neglect*, 19, 1443-1456.
- Kalra, P. (2006). *The prevalence, characteristics, and predictors of child sexual abuse and adult sexual assault among Latina, East Asian, South Asian, and Middle Eastern women*. University of Denver, United States – Colorado.

- Kendall-Tackett, K., Williams, L. & Finkelhor, D. (1993). Impact of sexual abuse on children: A review and synthesis of recent empirical studies. *Psychological Bulletin*, 113, 164–180.
- Kinnally, E. L., Huang, Y. Y., Haverly, R., Burke, A. K., Galfalvy, H., Brent, D. P., & Mann, J. J. (2009). Parental care moderates the influence of MAOA-uVNTR genotype and childhood stressors on trait impulsivity and aggression in adult women. *Psychiatric genetics*, 19(3), 126.
- Kolko, D. J., Moser, J. T., & Hughes, J. (1989). Classroom training in sexual victimization awareness and prevention skills: An extension of the Red Flag/Green Flag people program. *Journal of Family Violence*, 4(1), 25-45.
- Koller, S. H., & De Antoni, C. (2004). Violência intrafamiliar: Uma visão ecológica. *Ecologia do desenvolvimento humano: Pesquisa e intervenção no Brasil*, 293-310.
- Lewis, C. F., & Stanley, C. R. (2000). Women accused of sexual offenses. *Behavioral Sciences & the Law*, 18(1), 73-81.
- López, F., Carpintero, E., Hernández, A., Martín, M. J. & Fuertes, A. (1995). Prevalencia y consecuencias del abuso sexual al menor en España. *Child Abuse & Neglect*, 19(9), 1039-1050.
- López, F. & Del Campo, A. (1997). *Prevención de abusos sexuales a menores. Guía para padres y madres*. Amarú Ediciones: Salamanca
- Mahoney, K. (2005). *Trauma, post-traumatic stress disorder, and disorders of extreme stress (DES) among incarcerated men and women*. Fielding Graduate University, United States – California
- Maria, S., & Ornelas, J. (2010). *Análise Psicológica*, 28(3), 411-436.
- Maroco, J. (2011). *Análise estatística com o SPSS Statistics*. ReportNumber, Lda.
- Marques, S., & Calheiros, M. M. (2006). O modelo lógico como instrumento de avaliação da qualidade: *O centro de dia para pessoas idosas*. *Kairós*, (2), 147-167.
- Martyniuk, H. & Dworkin, E. (2011). *Child Sexual Abuse Prevention: Programs for Children*. National Sexual Violence Resource Center: EUA.
- McAlinden, A. (2013). “Grooming” and the Sexual Abuse of Children: Implications for Sex Offender Assessment, Treatment and Management. *Sexual Offender Treatment*, 8(1). Retirado de <http://www.sexual-offendertreatment.org/118.html>
- Mebarak, M. R., Martínez, M. L., Sánchez Herrera, A., & Lozano, J. E. (2010). Una revisión acerca de la sintomatología del abuso sexual infantil. *Psicología desde el Caribe*, (25).
- Mendes, G. D. S., & Sordi, M. R. (2013). Metodologia de avaliação de implementação de programas e políticas públicas. *EccoS Revista Científica*, (30).
- Miner, M. H., Robinson, B. E., Knight, R. A., Berg, D., Romine, R. S., & Netland,

- J. (2010). Understanding sexual perpetration against children: Effects of attachment style, interpersonal involvement, and hypersexuality. *Sexual Abuse*, 22,58–77.
doi:10.1177/1079063209353183
- Ministério da Administração Interna. (2015). *Relatório Anual de Segurança Interna 2014*. Lisboa: Ministério da Administração Interna.
- Ministério da Administração Interna. (2016). *Relatório Anual de Segurança Interna 2015*. Lisboa: Ministério da Administração Interna.
- Ministério da Administração Interna. (2017). *Relatório Anual de Segurança Interna 2016*. Lisboa: Ministério da Administração Interna.
- Moita, M. (2016). Avaliação de Impacto do Jogo “*Vamos Prevenir! As Aventuras do Búzio e da Coral*”: jogo de prevenção primária do abuso sexual para crianças entre os 6 e os 10 anos”. Dissertação de Mestrado em Psicologia Comunitária e Proteção de Menores. Lisboa: ISCTE-IUL.
- National Center on Child Abuse and Neglect. (1978). *1978 Annual Review of child abuse and neglect research*. Washington DC.
- Narvaz, M. G., & Koller, S. H. (2004). Famílias, gêneros e violências: Desvelando as tramas da transmissão transgeracional da violência de gênero. *Violência, gênero e políticas públicas*, 2, 149-176.
- Nomerofsky, A., Carran, D. & Rosenberg, L. (1994). Age variation in performance among preschool children in a sexual abuse prevention program. *Journal of Child Sexual Abuse*, 3 (1), 85-102.
- Onostre, R. (1998). Abuso sexual en niñas y niños, consideraciones clínicas. *Revista de la Sociedad Bolivariana de Pediatría*, 37(2), 0-66.
- Organização Mundial de Saúde (OMS). (2006). *Relatório Mundial sobre Violência e Saúde*. Genebra: Organização Mundial de Saúde.
- Ornelas, J., & Moniz, M. J. (2011). *Parcerias comunitárias*. Lisboa: Edições ISPA.
- Parker, B. & Turner, W. (2014). Psychoanalytic/Psychodynamic Psychotherapy for Sexually Abused Children and Adolescents A Systematic Review. *Research on social work practice*, 24(4), 389-399.
- Pereda, N., Guilera, G., Forns, M. & Gómez-Benito, J. (2009). The prevalence of child sexual abuse in community and student samples: A meta-analysis. *Clinical Psychology Review*, 29(4), 328-338.
- Pfeiffer, L. & Salvagni, E. (2005). Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência. *Jornal de Pediatria*, 81(5), 197-204.

- Poletto, M., & Koller, S. H. (2008). Contextos ecológicos: promotores de resiliência, fatores de risco e de proteção. *Estudos de psicologia*, 25(3), 405-416.
- Posavac, E. (2015). *Program evaluation: Methods and case studies*. Routledge.
- Prazeres, V., Chaves, M., Jardim, H., Branco, E., Oliveira, D., Veloso, C., Velez, C., Menezes, B., Laranjeira, A., Perdigão, A. & Leça, A. (2011). *Maus tratos em crianças e jovens: Guia prático de abordagem, diagnóstico e intervenção*. Direcção Geral da Saúde. Divisão de Comunicação e Promoção da Saúde no Ciclo de Vida. Disponível em <http://www.dgs.pt/upload/membro.id/ficheiros/i016079.pdf>. [Consultado em 17/10/2016].
- Ranney, M. L., Whiteside, L., Walton, M. A., Chermack, S. T., Zimmerman, M. A., & Cunningham, R. M. (2011). Sex differences in characteristics of adolescents presenting to the emergency department with acute assault-related injury. *Academic Emergency Medicine*, 18, 1027–1035. doi:10.1111/j.1553-2712.2011.01165.x
- Reppucci, N. D., & Haugaard, J. J. (1989). Prevention of child sexual abuse: Myth or reality. *American Psychologist*, 44(10), 1266.
- Rispens, J., Aleman, A., & Goudena, P. (1997). Prevention of child sexual abuse victimization: a meta-analysis of school programs. *Child Abuse & Neglect*, 21(10), 975-987.
- Romaro, R., & Capitão, C. (2007). *As faces da violência: aproximações, pesquisas, reflexões*. São Paulo: Vetor.
- Romero, V. (2010). *Parental substance abuse and child neglect: A controlled trial of a developed treatment manual*. U Nevada, Las Vegas, US.
- Sarno, J. & Wurtele, S. (1997). Effects of a personal safety program on preschoolers' knowledge, skills, and perceptions of child sexual abuse. *Child Maltreatment*, 2, 35-45. doi:10.1177/1077559597002001004
- Sylvester, L. (1997). Talking about Touching: Personal Safety Curricula (1996 Editions) Preschool to Grade 3. Curriculum Evaluation Summary.
- Topping, K., & Barron, I. (2009). School-based child sexual abuse prevention programs: A review of effectiveness. *Review of Educational Research*, 79, 431-463. doi:10.3102/0034654308325582
- Tremblay, C., Hébert, M., & Piché, C. (1999). Coping strategies and social support as mediators of consequences in child sexual abuse victims. *Child Abuse & Neglect*
- Tutty, L. (1997). Child sexual abuse prevention programs: Evaluating “Who Do You Tell.” *Child Abuse & Neglect*, 21(9), 869-881. doi: 10.1016/S0145 2134(97)00048-3
- Tutty, L. (2000). What children learn from sexual abuse prevention programs: Difficult concepts and developmental issues. *Research on Social Work Practice*, 10(3), 275-300.

- Tyler, K. (2002). Social and emotional outcomes of childhood sexual abuse: A review of the recent research. *Aggression and Violent Behaviour*, 7, 567–589.
- UNICEF (2005). Estado mundial de la infancia. La infancia amenazada. Disponível em: <http://www.unicef.org.co/pdf/cifras.pdf>
- Vitriol, V., Vásquez, M., Iturra, I. & Muñoz, C. (2007). Diagnóstico y abordaje de por abuso sexual infantil, en tres mujeres consultantes a un servicio de mental de hospital general. *Revista Chilena de Neuro-Psiquiatría*, 45 (1): 20-28.
- Von Hohendorff, J., Habigzang, L. F., & Koller, S. H. (2012). Violência sexual contra meninos: dados epidemiológicos, características e consequências. *Psicologia USP*, 23(2).
- Western, G. (2006). *The relationship of psychotic disorders, childhood sexual abuse and psychosocial phenomena*. Alliant International University, San Diego, United States - California.
- Wurtele, S. (2002). Child Sexual Abuse Prevention. In Paul Schewe (Ed.), *Prevention violence in relationships: Interventions across the life span*, 9-25. Washington DC, US: American Psychological Association.
- Wurtele, S., Kast, L. & Melzer, A. (1992) Sexual Abuse Prevention Education for Young Children: a comparison of teachers and parents as instructors. *Child Abuse & Neglect*, Elmsford, 16, p. 865-876, 1992.
- Wurtele, S., & Miller-Perrin, C. (1992). *Preventing child sexual abuse: Sharing the responsibility*. Lincoln, NE: University of Nebraska Press.
- Wurtele, S. & Owens, J. (1997). Teaching personal safety skills to young children: An investigation of age and gender across five studies. *Child Abuse & Neglect*, 21, 805-814. doi:10.1016/S0145-2134(97)00040-9
- Zielinski, D. (2004). *Child maltreatment and adult socioeconomic well-being: Support for a mediational model*. Cornell University, United States – New York.

Anexo A

Questionário das Crianças – Versão A

Código da criança: _____

Data da aplicação: ____/____/____

Vais encontrar algumas frases que representam as ideias de algumas crianças. Para cada frase gostávamos que nos disseses se achas que é Verdadeira ou Falsa. Para isso, podes colocar uma cruz (X) na resposta que achas mais adequada.

Verdadeira: 😊

Falsa: 😞

Se não souberes, podes escolher **Não Sei:** 🤔

	😊	😞	🤔
1. Se me perder na rua ou noutra local, devo aceitar ajuda de qualquer pessoa.			
2. Eu posso dizer «Não» a um adulto, se ele fizer alguma coisa que me faça sentir mal.			
3. Quando me sinto mal, devo guardar apenas para mim esses sentimentos.			
5. Se alguém tocar nas partes privadas do meu corpo e isso for uma brincadeira (por exemplo, fazer cócegas), não há problema.			
6. Se uma pessoa de quem gosto muito pedir para eu tirar a roupa e para guardar segredo, devo guardá-lo.			
7. É bom fazer amigos pela internet e poder trocar informações pessoais entre nós (por exemplo, onde vivemos, em que escola andamos).			
8. Se alguém me tocar de uma forma que eu não gosto, mas essa pessoa disser que gosta de mim, então não há problema.			
9. Acho que devo guardar sempre todos os segredos.			
10. Se um adulto/alguém mais velho que eu conheço fizer alguma coisa que me faça sentir mal e pedir segredo, não devo guardar esse segredo.			
11. Tenho que obedecer sempre aos adultos.			
12. Posso marcar um encontro com alguém que apenas conheço através da Internet.			
13. Se alguém me mostrar imagens ou vídeos que não são para a minha idade e me pedir segredo, devo guardar esse segredo.			
14. Se for dormir a casa de um/a amigo/a e alguém me fizer alguma coisa de que eu não gosto, devo dizer não e contar a uma pessoa de confiança.			
15. Se alguém que está a tomar conta de mim disser que me deixa ir para a cama mais tarde mas, em troca, eu devo tomar banho com ele/a, é fixe.			

Vais encontrar agora algumas situações e, para cada uma delas, gostávamos de saber a tua opinião. Apenas tens de colocar uma cruz (X) na resposta que achas mais adequada. Podes responder **SIM, NÃO ou NÃO SEI**.

Para cada situação, pedimos ainda que escrevas o que farias.

1. Imagina que estavas a brincar e magoavas-te nas tuas partes privadas (por exemplo, o rabo) e os teus pais tinham que te levar ao médico:

a) Deixavas que o médico tocasse nas tuas partes privadas?

Sim Não Não Sei

b) Se ele mexesse nas tuas partes privadas, o que farias?

2. Imagina que um adulto que tu conheces pedia-te para ires a sua casa, para te mostrar um jogo novo e dizia-te para não contares a ninguém.

a) Contavas a alguém?

Sim Não Não Sei

b) O que farias?

3. Imagina que um adulto que tu não conheces vinha ter contigo e dizia-te: “Podes ajudar-me a encontrar o meu cãozinho que está perdido aqui no parque?”

a) Avisavas alguém de confiança que ias ajudar aquele adulto?

Sim Não Não Sei

b) O que farias?

4. Imagina que estavas a passear e de repente percebias que estavas perdido:

a) Pedias ajuda a um adulto?

Sim Não Não Sei

b) O que farias?

5. Imagina que um adulto que tu conheces pedia-te para lhe dares um beijinho numa parte do corpo que tu não gostas.

a) Contavas a alguém da tua confiança o que tinha acontecido?

Sim Não Não Sei

b) O que farias?

6. Imagina que um amigo teu te dizia que tens de ter uma rede social (por exemplo, facebook), como ele, para falarem depois da escola:

a) Achas que devias ter uma rede social?

Sim Não Não Sei

b) O que farias?

Antes de acabares queremos ter algumas informações sobre ti:

Sexo: M F

Data de Nascimento: __/__/____ Idade: _____

Ano de Escolaridade (que frequentas): _____

Muito obrigada pela tua ajuda!

Anexo B

Questionário das Crianças – Versão B

Código da criança(o mesmo que se encontra na versão A) _____

Data da aplicação: ____/____/____

Vais encontrar algumas frases que representam as ideias de algumas crianças. Para cada frase gostávamos que nos disseses se achas que é Verdadeira ou Falsa. Para isso, podes colocar uma cruz (X) na resposta que achas mais adequada.

Verdadeira: 😊

Falsa: 😞

Se não souberes, podes escolher **Não Sei:** 🤔

	😊	😞	🤔
1. Se me perder na rua ou noutra local, devo aceitar ajuda de qualquer pessoa.			
2. Eu posso dizer «Não» a um adulto, se ele fizer alguma coisa que me faça sentir mal.			
3. Quando me sinto mal, devo guardar apenas para mim esses sentimentos.			
5. Se alguém tocar nas partes privadas do meu corpo e isso for uma brincadeira (por exemplo, fazer cócegas), não há problema.			
6. Se uma pessoa de quem gosto muito pedir para eu tirar a roupa e para guardar segredo, devo guardá-lo.			
7. É bom fazer amigos pela internet e poder trocar informações pessoais entre nós (por exemplo, onde vivemos, em que escola andamos).			
8. Se alguém me tocar de uma forma que eu não gosto, mas essa pessoa disser que gosta de mim, então não há problema.			
9. Acho que devo guardar sempre todos os segredos.			
10. Se um adulto/alguém mais velho que eu conheço fizer alguma coisa que me faça sentir mal e pedir segredo, não devo guardar esse segredo.			
11. Tenho que obedecer sempre aos adultos.			
12. Posso marcar um encontro com alguém que apenas conheço através da Internet.			
13. Se alguém me mostrar imagens ou vídeos que não são para a minha idade e me pedir segredo, devo guardar esse segredo.			
14. Se for dormir a casa de um/a amigo/a e alguém me fizer alguma coisa de que eu não gosto, devo dizer não e contar a uma pessoa de confiança.			
15. Se alguém que está a tomar conta de mim disser que me deixa ir para a cama mais tarde mas, em troca, eu devo tomar banho com ele/a, é fixe.			

Vais encontrar agora algumas situações e, para cada uma delas, gostávamos de saber a tua opinião. Apenas tens de colocar uma cruz (X) na resposta que achas mais adequada. Podes responder **SIM, NÃO ou NÃO SEI**.

Para cada situação, pedimos ainda que escrevas o que farias.

1. Imagina que estavas a brincar e magoavas-te nas tuas partes privadas (por exemplo, o rabo) e os teus pais tinham que te levar ao médico:

a) Deixavas que o médico tocasse nas tuas partes privadas?

Sim Não Não Sei

b) Se ele mexesse nas tuas partes privadas, o que farias?

2. Imagina que um adulto que tu conheces pedia-te para ires a sua casa, para te mostrar um jogo novo e dizia-te para não contares a ninguém.

a) Contavas a alguém?

Sim Não Não Sei

b) O que farias?

3. Imagina que um adulto que tu não conheces vinha ter contigo e dizia-te: “Podes ajudar-me a encontrar o meu cãozinho que está perdido aqui no parque?”

a) Avisavas alguém de confiança que ias ajudar aquele adulto?

Sim

Não

Não Sei

b) O que farias?

4. Imagina que estavas a passear e de repente percebias que estavas perdido:

a) Pedias ajuda a um adulto?

Sim

Não

Não Sei

b) O que farias?

5. Imagina que um adulto que tu conheces pedia-te para lhe dares um beijinho numa parte do corpo que tu não gostas.

a) Contavas a alguém da tua confiança o que tinha acontecido?

Sim

Não

Não Sei

















b) O que farias?

6. Imagina que um amigo teu te dizia que tens de ter uma rede social (por exemplo, facebook), como ele, para falarem depois da escola:

a) Achas que devias ter uma rede social?

Sim Não Não Sei

b) O que farias?

O teu interesse na realização das atividades do jogo foi...	Elevado  <input type="checkbox"/>	Bom  <input type="checkbox"/>	Fraco  <input type="checkbox"/>	Nenhum  <input type="checkbox"/>
Para ti, as atividades realizadas foram...	Fáceis  <input type="checkbox"/>	Normais  <input type="checkbox"/>	Difíceis  <input type="checkbox"/>	Muito difíceis  <input type="checkbox"/>
Quais foram as atividades que achaste mais fáceis de realizar? _____				
E as mais difíceis? _____				
Ficaste com dúvidas sobre algum tema? Qual/quais? _____				
Relativamente à duração, achas que o tempo que demoraste a jogar o jogo foi...	O ideal  <input type="checkbox"/>	OK  <input type="checkbox"/>	Muito longo  <input type="checkbox"/>	Uma “seca”  <input type="checkbox"/>
Se tivesses de dar uma nota ao jogo davas...	Muito Bom  <input type="checkbox"/>	Bom  <input type="checkbox"/>	Fraco  <input type="checkbox"/>	Mau  <input type="checkbox"/>

(Adaptado de Fernandes e Seixas, 2012); modificado por Alexandre e Agulhas, 2017)

Antes de acabares queremos ter algumas informações sobre ti:

Sexo: M F

Data de Nascimento: __/__/____ Idade: _____

Ano de Escolaridade (que frequentas): _____

Muito obrigada pela tua ajuda!

Anexo C

FICHA PARA O TÉCNICO

Instruções

Esta ficha deve ser preenchida pelo técnico que joga o jogo com a(s) criança(s).

Parte I

Caracterização do técnico:

Sexo___ Idade___ Formação profissional:_____

CPCJ: _____

Com quantas crianças jogou o jogo?

- Com uma
- Com várias, em situação de grupo. Quantas crianças jogaram? _____

Como foi jogado o jogo?

- De uma só vez _____ Duração aproximada: _____
- Em vários momentos. Quantos? _____ Com que espaçamento? _____

Duração aproximada em cada momento: _____

Na sua perspetiva, como classificaria os seguintes aspetos:

(assinale com um X ou um círculo a alternativa que considere mais adequada)

Utilidade do jogo para abordar a problemática do abuso sexual:

1	2	3	4	5
Baixa				Elevada

Duração do jogo:

1	2	3	4	5
Baixa				Elevada

Parte II

Preencha a seguinte informação para cada criança com quem jogar (mesmo que jogue com várias crianças em grupo). Se só jogou com uma criança, esta será referenciada como criança 1; se jogou com mais do que uma criança, atribua um algarismo a cada uma delas por forma a saber sobre qual das crianças se está a referir nas questões seguintes. Não identifique em nenhum momento o nome das crianças.

Caracterização da criança 1

Idade: ____ Sexo: ____ Ano de escolaridade que frequenta: _____

Composição do agregado familiar: _____

Como classificaria os seguintes aspetos (assinale com um X ou um círculo a alternativa que considere mais adequada)

Interesse da criança pelas temáticas:

1	2	3	4	5
Baixo				Elevado

Adesão da criança ao jogo:

1	2	3	4	5
Baixo				Elevado

Caracterização da criança 2

Idade: ____ Sexo: ____ Ano de escolaridade que frequenta: _____

Composição do agregado familiar: _____

Como classificaria os seguintes aspetos (assinale com um X ou um círculo a alternativa que considere mais adequada)

Interesse da criança pelas temáticas:

1	2	3	4	5
Baixo				Elevado

Adesão da criança ao jogo:

1	2	3	4	5
Baixo				Elevado

Caracterização da criança 3

Idade: ____ Sexo: ____ Ano de escolaridade que frequenta: _____

Composição do agregado familiar: _____

Como classificaria os seguintes aspetos (assinale com um X ou um círculo a alternativa que considere mais adequada)

Interesse da criança pelas temáticas:

1	2	3	4	5
Baixo				Elevado

Adesão da criança ao jogo:

1	2	3	4	5
Baixo				Elevado

Caracterização da criança 4

Idade: ____ Sexo: ____ Ano de escolaridade que frequenta: _____

Composição do agregado familiar: _____

Como classificaria os seguintes aspetos (assinale com um X ou um círculo a alternativa que considere mais adequada)

Interesse da criança pelas temáticas:

1	2	3	4	5
Baixo				Elevado

Adesão da criança ao jogo:

1	2	3	4	5
Baixo				Elevado

Anexo D

VAMOS JOGAR COM O BÚZIO E A CORAL!

INSTRUÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NO ESTUDO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO

Agradecemos uma vez mais a disponibilidade para colaborar connosco na avaliação do jogo “*As Aventuras do Búzio e a Coral*”.

Para efeitos de rigor da participação, importa assegurar que todas as comissões seguem o mesmo conjunto de procedimentos, que passamos a descrever:

I. Antes de jogar o jogo:

1. Escolha do técnico que vai jogar o jogo. Qualquer técnico poderá jogar o jogo, desde que tenha disponibilidade e um espaço calmo e tranquilo para o efeito.

Critério de participação: ser apenas um técnico que joga o jogo com uma ou com um grupo máximo de 4 crianças com idades entre os 6 e os 10 anos de idade.

2. Leitura prévia da “*Bússula*” por parte do técnico que vai jogar. A “*Bússula*” encontra-se dentro da caixa do jogo, é de leitura rápida e apresenta duas partes: uma que enquadra a temática e dá informação específica sobre questões frequentes à volta desta; a outra consiste nas instruções para jogar o jogo. O técnico deverá perceber que o seu papel é de facilitador do jogo. Não deve suggestionar respostas e deve deixar a criança expressar-se de forma livre e espontânea durante as diversas atividades. Só deverá sugerir um tipo de resposta mais adequada para o efeito quando a criança tiver esgotado todas as possibilidades de resposta (respostas espontâneas). Em grupo o procedimento deverá ser o mesmo (deixar as crianças discutirem as respostas entre si e só depois fazer uma intervenção)

3. Escolha da(s) criança(s) com quem o técnico vai jogar. O jogo pode ser jogado por 1 a 4 crianças.

Critérios de inclusão/de escolha das crianças: crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 10 anos; ausência de défice cognitivo. As crianças devem ter o consentimento do seu representante legal para jogar (ver “Consentimento informado”).

Critério de exclusão: quando existe uma suspeita de abuso sexual. O jogo não é um instrumento para facilitar a revelação de uma situação de abuso, mas sim para a sua prevenção.

O técnico poderá ajudar na leitura de cartões quando a criança frequentar o 1º ano do 1º ciclo, ou apresentar dificuldades ao nível da leitura ou compreensão.

4. Preenchimento da “Ficha para o Técnico”.
5. Aplicação do “Questionário, versão A” à criança/s (aplica-se a cada criança que joga, garantindo que cada uma das crianças o preenche de forma individual).

Garantir que após o preenchimento de cada questionário a criança respondeu aos vários itens (i.e., não deixou questões por responder). O adulto apenas poderá tirar dúvidas pontuais/esclarecer a criança, e não dar a sua opinião sobre os itens aos quais a criança deve responder.

Atribuir um código a cada criança e colocar essa informação no canto superior direito do questionário, versão A.

O código deve ser constituído por iniciais do primeiro e último nome, seguido da idade da criança.

Exemplo: A criança chama-se Maria Silva e tem 7 anos.

Código: MS7

II. Jogar o jogo

O jogo deverá ser jogado até cada criança preencher o seu “Cartão de Pontuação” (ver instruções do jogo, na “Bússula”). Deve anotar-se a duração e momentos de interrupção se eles existirem (na “Ficha para o Técnico”).

III. Após jogar o jogo:

6. Aplicação do “Questionário, versão B” à(s) criança(s), garantindo que o procedimento é igual ao garantido no preenchimento da versão A (ler ponto 5). Colocar o código da cada criança registado no questionário-versão A, no canto superior direito do questionário-versão B.
7. Enviar os documentos (Ficha para o técnico, Questionários A e B) digitalizados para o email testejogoabuso@gmail.com após a conclusão da tarefa. Os materiais em papel devem ser agrafados por cada jogo jogado e guardados em local adequado até as investigadoras procederem à sua recolha.

Anexo E

CONSENTIMENTO INFORMADO

Objetivo do Estudo

O objetivo da participação da criança consiste em avaliar em que medida o jogo “*As Aventuras do Búzio e da Coral*” de Rute Agulhas, Nicole Figueiredo e Joana Alexandre (2016) promove conhecimentos e competências em crianças dos 6 aos 10 anos de idade em dimensões consideradas relevantes na prevenção primária do abuso sexual. Em nenhum momento a criança é exposta a situações que remetam para conteúdos explícitos ligados ao abuso sexual.

Condições do Estudo

A criança deverá jogar o jogo “*As Aventuras do Búzio e da Coral*” com um técnico da CPCJ, sozinha ou em grupo (num máximo de 4 crianças). A participação no jogo deverá demorar até um máximo de 60 minutos, mas a criança poderá parar a qualquer momento, se assim o desejar, ou retomar mais tarde (ou num outro dia). Antes e depois de jogar a criança deverá responder a um conjunto de questões apresentadas sob a forma de questionário.

Confidencialidade, Privacidade e Anonimato

De acordo com o que é exigido em investigações desta natureza, a informação recolhida é anónima e as suas respostas serão tratadas de forma confidencial.

Contactos das Investigadoras Responsáveis:

Joana Alexandre (joana.alexandre@iscte.pt)

Rute Agulhas (rsgas@iscte.pt)

.....
Tomei conhecimento sobre a informação disponível do estudo, dou autorização para que o meu filho/educando participe na avaliação do jogo “*As Aventuras do Búzio e da Coral*”.

Sim ___ Não___

Data: __/__/__ Assinatura_____

ORIGINAL

CONSENTIMENTO INFORMADO

Objetivo do Estudo

O objetivo da participação da criança consiste em avaliar em que medida o jogo “As Aventuras do Búzio e da Coral” de Rute Agulhas, Nicole Figueiredo e Joana Alexandre (2016) promove conhecimentos e competências em crianças dos 6 aos 10 anos de idade em dimensões consideradas relevantes na prevenção primária do abuso sexual. Em nenhum momento a criança é exposta a situações que remetam para conteúdos explícitos ligados ao abuso sexual.

Condições do Estudo

A criança deverá jogar o jogo “As Aventuras do Búzio e da Coral” com um técnico da CPCJ, sozinha ou em grupo (num máximo de 4 crianças). A participação no jogo deverá demorar até um máximo de 60 minutos, mas a criança poderá parar a qualquer momento, se assim o desejar, ou retomar mais tarde (ou num outro dia). Antes e depois de jogar a criança deverá responder a um conjunto de questões apresentadas sob a forma de questionário.

Confidencialidade, Privacidade e Anonimato

De acordo com o que é exigido em investigações desta natureza, a informação recolhida é anónima e as suas respostas serão tratadas de forma confidencial.

Contactos das Investigadoras Responsáveis:

Joana Alexandre (joana.alexandre@iscte.pt)

Rute Agulhas (rsgas@iscte.pt)

.....
Tomei conhecimento sobre a informação disponível do estudo, dou autorização para que o meu filho/educando participe na avaliação do jogo “As Aventuras do Búzio e da Coral”.

Sim ___ Não ___

Data: ___/___/___ Assinatura _____

(entregar a folha assinada ao técnico da CPCJ)

DUPLICADO

Anexo F

Dicionário de Categorias:

Cada resposta é cotada com 2, 1 ou 0, de acordo com critérios gerais de cotação atribuídos a cada questão. Seguem-se os exemplos:

1. Imagina que estavas a brincar e magoavas-te nas tuas partes privadas (por exemplo, o rabo) e os teus pais tinham que te levar ao médico:

a) Deixavas que o médico tocasse nas tuas partes privadas?

Sim Não Não Sei

b) Se ele mexesse nas tuas partes privadas, o que farias?

Adequada: 2 pontos

Esta resposta traduz um conhecimento adequado sobre situações normativas e não normativas e, ainda, sobre os diferentes tipos de toques e os contextos em que estes podem ser adequados ou desadequados. Resposta correta e bem fundamentada.

Exemplo: “Deixava porque se tivesse uma ferida, o médico podia tratar”

Satisfatória: 1 ponto

Esta resposta traduz um conhecimento adequado, mas não fundamentado, ou fundamentado de forma pouco consistente, sobre situações normativas e não normativas, diferentes tipos de toques e contextos adequados e desadequados em que estes podem ocorrer.

Exemplo: “Deixava, mas tinha um bocadinho de medo”

Desadequada: 0 pontos

Esta resposta traduz uma incapacidade por parte das crianças em distinguir situações normativas e não normativas, diferentes tipos de toques ou contextos adequados ou desadequados em que estes podem ocorrer. Resposta incorreta.

Exemplo: “Dizia não ao médico”

2. Imagina que um adulto que tu conheces pedia-te para ires a sua casa, para te mostrar um jogo novo e dizia-te para não contares a ninguém.

a) Contavas a alguém?

Sim Não Não Sei

b) O que farias?

Adequada: 2 pontos

Esta resposta traduz um conhecimento adequado sobre situações normativas e não normativas, tipos de segredos e situações em que deve, ou não, manter um segredo e pedir ajuda. Resposta adequada e bem fundamentada.

Exemplo: “Dizia que não ia e contava ao pai e à mãe”

Satisfatória: 1 ponto

Esta resposta traduz um conhecimento adequado, mas não fundamentado, ou fundamentado de forma pouco consistente, sobre situações normativas e não normativas, tipos de segredos e situações em que deve, ou não, manter um segredo e pedir ajuda.

Exemplo: “Dizia que não, mas não contava a ninguém”

Desadequada: 0 pontos

Esta resposta traduz incapacidade em distinguir entre situações normativas e não normativas, tipos de segredos e situações em que deve, ou não, manter um segredo e pedir ajuda. Resposta incorreta

Exemplo: “Ia divertir-me e não contava a ninguém”

3. Imagina que um adulto que tu não conheces vinha ter contigo e dizia-te: “Podes ajudar-me a encontrar o meu cãozinho que está perdido?”

a) Avisavas alguém de confiança que ias ajudar aquele adulto?

Sim Não Não Sei

b) O que farias?

Adequada: 2 pontos

Esta resposta traduz um conhecimento adequado sobre situações normativas e não normativas, identificação de potenciais situações de risco e estratégias adequadas para lidar com as mesmas. Resposta correta e bem fundamentada.

Exemplo: “Não ia e contava a alguém de confiança”

Satisfatória: 1 ponto

Esta resposta traduz um conhecimento adequado, mas não fundamentado, ou fundamentado de forma pouco consistente, sobre situações normativas e não normativas,

identificação de potenciais situações de risco e estratégias adequadas para lidar com as mesmas.

Exemplo: “Dizia que não podia”

Desadequada: 0 pontos

Esta resposta traduz um desconhecimento sobre situações normativas e não normativas, identificação de potenciais situações de risco e estratégias adequadas para lidar com as mesmas. Resposta incorreta.

Exemplo: “Ajudava o homem”

4. Imagina que estavas a passear e de repente percebias que estavas perdido:

a) Pedias ajuda a um adulto?

Sim Não Não Sei

b) O que farias?

Adequada: 2 pontos

Esta resposta traduz um conhecimento adequado sobre situações normativas e não normativas, identificação de situações de risco e como pedir ajuda a um adulto de confiança. Resposta correta e bem fundamentada.

Exemplo: “Pedia ajuda a um polícia”

Satisfatória: 1 ponto

Esta resposta traduz um conhecimento adequado, mas não fundamentado, ou fundamentado de forma pouco consistente, sobre situações normativas e não normativas, identificação de situações de risco e como pedir ajuda a um adulto de confiança.

Exemplo: “Pedia ajuda a um adulto”

Desadequada: 0 pontos

Esta resposta traduz um desconhecimento sobre situações normativas e não normativas, identificação de situações de risco e como pedir ajuda a um adulto de confiança. Resposta incorreta.

Exemplo: “Dizia a alguém para me levar a casa”

5. Imagina que um adulto que tu conheces pedia-te para lhe dares um beijinho numa parte do corpo que tu não gostas.

a) Contavas a alguém da tua confiança o que tinha acontecido?

Sim Não Não Sei

b) O que farias?

Adequada: 2 pontos

Esta resposta traduz um conhecimento adequado e fundamentado sobre situações normativas e não normativas, distinção entre emoções positivas e negativas e ainda como dizer não e pedir ajuda a alguém de confiança. Resposta correta e bem fundamentada.

Exemplo: “Não dava o beijinho e ia contar aos meus pais”

Satisfatória: 1 ponto

Esta resposta traduz um conhecimento adequado, mas não fundamentado, ou fundamentado de forma pouco consistente, sobre situações normativas e não normativas, distinção entre emoções positivas e negativas e ainda como dizer não e pedir ajuda a alguém de confiança.

Exemplo: “Contava aos meus pais”

Desadequada: 0 pontos

Esta resposta traduz um desconhecimento sobre situações normativas e não normativas, distinção entre emoções positivas e negativas e ainda como dizer não e pedir ajuda a alguém de confiança.

Exemplo: “Guardava segredo”

6. Imagina que um amigo teu te dizia que tens de ter uma rede social (por exemplo, Facebook), como ele, para falarem depois da escola:

a) Achas que devias ter uma rede social?

Sim Não Não Sei

b) O que farias?

Adequada: 2 pontos

Esta resposta traduz um conhecimento adequado e fundamentado sobre situações normativas e não normativa e ainda sobre os perigos associados à utilização da internet.

Resposta correta e fundamentada.

Exemplo: “Dizia que não porque é perigoso”

Satisfatória: 1 ponto

Esta resposta traduz um conhecimento adequado, mas não fundamentado ou fundamentado de forma pouco consistente, sobre situações normativas e não normativa e ainda sobre os perigos associados à utilização da internet.

Exemplo: “Dizia que não”

Desadequada: 0 pontos

Esta resposta traduz um desconhecimento sobre situações normativas e não normativa e ainda sobre os perigos associados à utilização da internet.

Exemplo: “Instalava para falar com o amigo”